



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA, CONTABILIDADE
E SECRETARIADO EXECUTIVO
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

CLOVES ANDERSON MENDES PINHO

IMPACTO NA ECONOMIA CEARENSE DA SIDERÚRGICA DO PECÉM SOB A
ÓTICA CEPALINA

FORTALEZA

2021

CLOVES ANDERSON MENDES PINHO

IMPACTO NA ECONOMIA CEARENSE DA SIDERÚRGICA DO PECÉM SOB A ÓTICA
CEPALINA

Monografia do Curso de Ciências Econômicas da Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado Executivo apresentado como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Profa. Inez Silvia Batista Castro.

FORTALEZA

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- P723i Pinho, Cloves.
Impacto na Economia Cearense da Siderúrgica do Pecém Sob a Ótica Cepalina / Cloves Pinho. – 2021.
94 f. : il. color.
- Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Curso de Ciências Econômicas, Fortaleza, 2021.
Orientação: Prof. Dr. Inês Silva Batista Castro .
1. Desenvolvimento. 2. Ceará. 3. Companhia Siderúrgica do Pecém. 4. Cepal. 5. Indústria. I. Título.
CDD 330
-

CLOVES ANDERSON MENDES PINHO

IMPACTO NA ECONOMIA CEARENSE DA SIDERÚRGICA DO PECÉM SOB A ÓTICA
CEPALINA

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado Executivo da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovada em: ___ / ___ / ____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Inêz Silva Batista Castro (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Jair do Amaral Filho
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Maria Cristina Pereira Melo
Universidade Federal do Ceará (UFC)

A Deus.

Aos meus pais, Anna Cecília e Anna Beatriz.

AGRADECIMENTOS

O tempo de mais uma mudança chegou, e tudo bem, apesar de ser assustador pensar no que virá. Todavia, chegamos já muito mais longe do que se imaginava no primeiro dia de aula. Por isso, é importante lembrar de alguns, que, de alguma maneira, deram forma ao que sou hoje e ao profissional que serei amanhã.

A Deus e aos meus pais, por me manterem a sanidade e a vida, inclusive em momentos em que eu mesmo não contribuí para mantê-las. Às minhas irmãs, Cecília e Beatriz, por me ensinarem o que é o amor e o quão devemos brigar para ter o que queremos e precisamos.

Ao movimento empresa júnior na INOVA e FEJECE, que me ajudaram a entender um pouco mais sobre propósito e o quão é bom alcançar objetivos. Aos amigos que levo comigo e que me ajudaram durante todo o período acadêmico, como Will, Bruno e Rafael, sempre me obrigando a ser o melhor de mim mesmo.

Ao Observatório da Indústria (FIEC), por acreditarem em mim, auxiliando na minha formação acadêmica, profissional e pessoal. Para este, destaco alguns, já entendendo o quão serei injusto com os que ficarão de fora, porém Guilherme, Edvânia, Paola, Camilla, Eduarda, David, Amanda, Luisa, Pietro, Aline e Indira devem ser citados, por, em momentos diferentes e de formas distintas, terem acreditado em mim, principalmente quando eu mesmo não acreditei.

A incríveis professores, em especial minha orientadora Inêz Silvia, que me apresentaram a importância da ciência para iluminar o futuro, em especial momentos difíceis como os que estamos vivendo. Aos membros da banca, os professores Jair de Amaral filho e Maria Cristina Pereira Melo, pela disponibilidade e por dividirem esse momento importante comigo.

Por fim, aos que eu esqueci. Foram anos e muitas pessoas passaram por minha vida e, de alguma forma, me ajudaram a findar mais uma etapa e a elas dedico o último agradecimento. Aos que não puderam ser lembrados, mas que de alguma forma deixaram algo no caminho.

“Há exemplos, na história de outros povos, de avanços rápidos no plano político após o despertar de uma longa noite de imobilismo, como se a sociedade fosse dotada de um inconsciente onde laboram forças criativas que ampliam o horizonte de possibilidades futuras.”

Celso Furtado

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é identificar o impacto da instalação da Companhia Siderúrgica do Pecém na sua região sob a ótica Cepalina. Para este fim, foram analisados os indicadores de emprego, renda, produção interna bruta e comércio internacional. Os resultados encontrados revelam uma mudança significativa nas características do emprego e renda do município de São Gonçalo do Amarante, elevando a massa salarial da população assalariada e o salário médio em quase todas as funções analisadas. Além disso, foi notado a mudança na composição da produção do município, aumentando o valor adicionado da indústria do município, em contraste com o processo de desindustrialização notado no Ceará e Brasil. Por fim, foi percebido uma elevação no nível da participação no comércio internacional, aumentando o grau de abertura econômica do estado, porém permanecendo com pequeno saldo negativo.

Palavras-chave: Desenvolvimento, Ceará, Companhia Siderúrgica do Pecém, Cepal, Indústria.

ABSTRACT

The objective of this work is to identify the impact of the installation of Companhia Siderúrgica do Pecém in its region under CEPAL's perspective. For this purpose, employment, income, gross domestic production and international trade indicators were analyzed. The results found reveal a significant change in the characteristics of employment and income in the municipality of São Gonçalo do Amarante, raising the wage bill of the salaried population and the average wage in almost all the functions analyzed. Furthermore, a change in the composition of the municipality's production was noted, increasing the value added of the municipality's industry, in contrast to the de-industrialization process noted in Ceará and Brazil. Finally, an increase in the level of participation in international trade was noticed, increasing the degree of economic openness in the state, but it remains with a small negative balance.

Keywords: Development. Ceará. Pecém Steel Company, Siderurgia. CEPAL, Industry

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	– Taxa de Crescimento Real do PIB anual Brasileiro – 1986 a 2010.....	41
Gráfico 2	– Número de Trabalhadores sobre Empregos no Ceará – 2009 a 2019 – São Gonçalo do Amarante.....	52
Gráfico 3	– Massa Salarial em Milhão de Reais (R\$) a Preços de Abril de 2021 – 2009 a 2019 – São Gonçalo do Amarante e Municípios Seleccionados.....	55
Gráfico 4	– Massa Salarial em Reais (R\$) a Preços de Abril de 2021 por Setor– 2009 a 2019 – São Gonçalo do Amarante.....	62
Gráfico 5	– Número de Trabalhadores Por Grande Grupo da CBO – 2009, 2014 e 2019 – São Gonçalo do Amarante.....	64
Gráfico 6	– Renda Média por Grande Grupo da CBO em Mil Reais para Preços de Abril de 2021 – 2009, 2014 e 2019 – São Gonçalo do Amarante.....	64
Gráfico 7	– Produto Interno Bruto a Preços de 2018 – 2009 a 2018 em Milhão de Reais – São Gonçalo do Amarante.....	71
Gráfico 8	– Valor Adicionado por Setor da Economia a Preços de 2018 em Milhão de Reais (R\$) – 2009 a 2018 – São Gonçalo do Amarante.....	73
Gráfico 9	– Participação (%) do Valor Adicionado dos Setores da Economia – 2009 a 2018 – Brasil, Ceará, Fortaleza e São Gonçalo do Amarante.....	74
Gráfico 10	– Participação (%) do valor adicionado nas indústrias de média e alta intensidade tecnológica no valor adicionado total – 2010 e 2018 – Estados Brasileiros.....	75
Gráfico 11	– Participação (%) do valor adicionado nas indústrias de média e alta intensidade tecnológica no valor adicionado total – 2010 a 2018 – Ceará.....	75
Gráfico 12	– Exportações (SH2) Totais e de Aço a Preços de 2019 em Milhão de Dólares (US\$) – 2009 a 2019 – Ceará.....	77
Gráfico 13	– Exportações e Importações a Preços de 2019 em Milhão de Dólares (US\$) – 2009 a 2019 – Ceará.....	84

Gráfico 14 – Exportações de Aço e Saldo da Balança comercial a Preços de 2019 em
Milhão de Dólares (US\$) – 2009 a 2019 – Ceará..... 85

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Sistema de Incentivos Adotados em 1995 – Ceará.....	38
Tabela 2 – CSP - Expectativa de Investimento – 2014.....	43
Tabela 3 – CSP – Reflorestamento Realizado – 2014.....	44
Tabela 4 – CSP - Balanço final do resgate da fauna e flora – 2011.....	44
Tabela 5 – Número de Trabalhadores e Variação (%) – 2009 a 2019 – São Gonçalo do Amarante.....	48
Tabela 6 – Variação (%) – 2009 a 2019 – São Gonçalo do Amarante e Municípios Selecionados.....	50
Tabela 7 – Participação (%) dos Empregos de São Gonçalo do Amarante na Região dos Municípios Selecionados – 2009 e 2019.....	51
Tabela 8 – Número de Trabalhadores sobre Empregos no Ceará – 2009 a 2019 – São Gonçalo do Amarante.....	52
Tabela 9 – Número de Trabalhadores do Setor Siderúrgico e Participação nos Empregos Gerais (%) – 2009 a 2019 – São Gonçalo do Amarante.....	53
Tabela 10 – Número de Empregados por Nível Escolar – 2009 a 2019 – São Gonçalo do Amarante.....	53
Tabela 11 – Massa Salarial em Milhão de Reais (R\$) a Preços de Abril de 2021 – 2009 a 2019 – São Gonçalo do Amarante, Fortaleza e Municípios Selecionados..	55
Tabela 12 – Massa Salarial em Milhão de Reais (R\$) a Preços de Abril de 2021 para Empresas Acima de 1.000 Funcionários e CNAEs Selecionados – 2009 a 2019 – São Gonçalo do Amarante.....	56
Tabela 13 – Remuneração Média em Milhão de Reais (R\$) a Preços de Abril de 2021 – 2009 a 2019 – São Gonçalo do Amarante, Fortaleza, Municípios Selecionados, Ceará e CSP.....	58
Tabela 14 – Remuneração Média de Reais (R\$) e Participação (%) da Massa Salarial a Preços de Abril de 2021 por Setor Econômico – 2009 a 2019 – São Gonçalo do Amarante.....	60

Tabela 15 – Participação no Número de Vínculos (%), Renda Média (R\$) a Preços de Abril de 2021 e Participação na Massa Salarial (%) – 2009 – Ceará e São Gonçalo do Amarante.....	66
Tabela 16 – Renda, Número de Funcionários e Salário Médio por Principais Grupos da CBO em Reais a Preços de Abril de 2021 da CSP – 2019.....	68
Tabela 17 – Produto Interno Bruto a Preços de 2018 – 2009 a 2018 em Milhão de Reais – São Gonçalo do Amarante.....	71
Tabela 18 – Valor Adicionado por Setor da Economia a Preços de 2018 em Milhão de Reais (R\$) – 2009 a 2018 – São Gonçalo do Amarante.....	72
Tabela 19 – Exportações (SH2) Totais e de Aço a Preços de 2019 em Milhão de Dólares (U\$) – 2009 a 2019 – Ceará.....	77
Tabela 20 – Principais Clientes das Exportações de Ferro em 2019 e Aço Preços de 2019 em Milhão de Dólares (U\$) – 2017 a 2019 – Ceará.....	80
Tabela 21 – Principais Estados Exportadores de Aço em 2019 a Preços de 2019 em Milhão de Dólares (U\$) – 2016 a 2019 – Brasil.....	81
Tabela 22 – Principais Produtos Importados em 2019 a Preços de 2019 em Milhão de Dólares (U\$) e sua Variação (%) – 2009 a 2019 – Ceará.....	82
Tabela 23 – Exportações, Importações, Saldo Comercial e Exportações de Aço a Preços de 2019 em Milhão de Dólares (U\$) – 2009 a 2019 – Ceará.....	84
Tabela 24 – Participação (%) do Comércio Internacional no PIB Estadual – 2009 e 2018 – Ceará.....	86

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Agrupamentos da Economia Conforme Seção da CNAE.....	47
Quadro 2 – Principais Produtos (SH2) Exportados Por Ano e Sua participação (%) – 2009 a 2019 – Ceará.....	79

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADECE	Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará
BEA	Bureau of Economic Analysis (Escritório de Análise Econômica dos EUA)
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CEPRON	Centro de Produtividade do Nordeste
CETREDE	Centro de Treinamento de Desenvolvimento
CIPP	Complexo Industrial e Portuário do Pecém
CSP	Companhia Siderúrgica do Pecém
DASP	Departamento Administrativo do Serviço Público
ETENE	Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste
FDI	Fundo de Desenvolvimento Industrial
FGV	Fundação Getúlio Vargas
GATT	General Agreement on Tariffs and Trade (Acordo Geral de Tarifas e Comércio)
GTDN	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
GTI	Grupo de Trabalho Interinstitucional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
IFCE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPE	Instituto de Pesquisa Econômica
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONU	Organização das Nações Unidas
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PIB	Produto Interno Bruto
PLAMEG	Plano de Metas de Governo
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RMF	Região Metropolitana de Fortaleza
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SIDNOR	Siderurgia do Nordeste
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UFC	Universidade Federal do Ceará
VA	Valor Adicionado
ZPE	Zona de Processamento de Exportações

LISTA DE SÍMBOLOS

US\$	Dólar
%	Porcentagem
R\$	Real

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	19
2	REFERENCIAL TEÓRICO: PENSAMENTO CEPALINO	21
2.1	A CEPAL para a América Latina	21
2.1	Método Histórico-Estrutural	23
2.3	A deterioração dos Termos de Troca e a Industrialização	25
2.3	Processo de Substituição de Importações	27
3	DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL CEARENSE E A CSP	30
3.1	Contexto Nacional e Nordeste	30
3.2	PLAMEG e a Construção da Nova Indústria	34
3.3	Tasso Jereissati e o Plano de Desenvolvimento Sustentável	36
3.4	Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará	37
3.5	A Companhia Siderúrgica do Pecém	39
3.5.1	<i>Meio Ambiente</i>	42
3.5.2	<i>Mão de Obra</i>	45
3.5.3	<i>Expectativas de Crescimento da Economia</i>	46
4	IMPACTO DA CSP	46
4.1	Emprego e Renda	47
4.1.1	<i>Formação do Emprego</i>	47
4.1.2	<i>Massa Salarial e Remuneração Média</i>	54
4.1.3	<i>Comparação dos Empregos na cidade de SGA (CBO) e da Siderurgia no município em 2019 (CBO)</i>	63
4.2	Produção Interna do Município	70
4.2.1	<i>PIB e Arrecadação de Impostos</i>	70
4.2.2	<i>Valor Adicionado</i>	72
4.3	Comércio Internacional	76
4.3.1	<i>Exportações</i>	76
4.3.2	<i>Importações</i>	81
4.3.3	<i>Balança Comercial e Grau de Abertura Econômica</i>	83
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	87

1 INTRODUÇÃO

O processo de desenvolvimento econômico foi heterogêneo ao longo da história e das regiões do mundo, variando em modelos, instituições e resultados. Todavia, é relevante lembrar que em todos os casos, dois atores foram essenciais: o Estado e a iniciativa privada. O primeiro em um papel de coordenação e incentivo a cooperação nos mercados, e o segundo com a função de gestor das engrenagens que movimentam o capitalismo. (FIANI, 2011)

Porém, muitas regiões permaneceram distantes da terra prometida do desenvolvimento capitalista, ocupando um papel periférico (PREBISCH, 2011) em contrastes com países que primeiro alcançaram os elevados níveis socioeconômicos. A América Latina é um exemplo desde papel de coadjuvante na economia mundial, permanecendo em uma estrutura primária exportadora ao passo que observou a industrialização da Europa e Estados Unidos.

Os motivos para este atraso foram discutidos ao longo da história recente, entretanto com maior ênfase na segunda metade do século XX, em especial pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), organização fundada pela ONU para este fim. A insuficiência da iniciativa privada local, a negligência ou falta de técnica de coordenação estatal ou influência de agentes externos foram características observadas e denunciadas por autores como Prebisch e Furtado, e moldaram as políticas públicas até o tempo corrente, sendo essenciais para caracterizar o novo processo de desenvolvimento latino-americano.

Além disso, dentro das fronteiras das regiões periféricas, o mesmo processo de desigualdade foi observado, apresentando uma região subdesenvolvida, inclusive em comparação com seus compatriotas, como se pode destacar a região nordeste do Brasil. Nesse sentido, esforços políticos são identificados, em especial para esta monografia, no caso cearense, para diminuir esta diferença.

Esses esforços, que serão narrados a seguir, tiveram sua raiz no pensamento industrialista da CEPAL e obtiveram, como um de seus resultados, a instalação da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP). Desta forma, é relevante, à luz do pensamento latino-americano (PREBISCH, 2011), identificar o impacto da atração desta indústria para o estado do Ceará, observando ganhos, custos e boas práticas para a aplicação de novas políticas de mesma natureza.

A pesquisa terá como principal objetivo, identificar o impacto da instalação da Companhia Siderúrgica do Pecém. Para tal feito, será necessário: i) mensurar o efeito da

indústria sobre emprego e renda no município de São Gonçalo do Amarante e região; ii) analisar a mudança na estrutura produtiva interna do município e; iii) investigar efeito da companhia no comércio exterior cearense, observando exportação e importação e suas pautas, saldo comercial e abertura econômica. O foco analítico da pesquisa se concentrará em uma análise descritiva de dados secundários, utilizando dados da RAIS, IBGE e Ministério da Economia, com indicadores frequências e de *performance*.

A monografia está dividida em cinco capítulos, além desta introdução, que manifesta os objetivos e a justificativa do trabalho. O segundo e terceiro capítulos buscam, respectivamente, apresentar o referencial teórico, com uma apresentação do pensamento cepalino e seu contexto histórico, e o referencial histórico, com os esforços políticos para a industrialização do Ceará e como esse processo finda na atração da Companhia Siderúrgica do Pecém, além de apresentar a CSP e como se deu a sua instalação. Em seguida, será apresentada uma análise descritiva de dados econômicos nas vertentes de emprego, produção e comércio, assim como as primeiras conclusões sobre os resultados encontrados. Por fim, o último capítulo consiste nas considerações finais da pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO: PENSAMENTO CEPALINO

Com as revoluções industriais e o recente desenvolvimento das economias capitalistas, alguns autores começaram a identificar o potencial econômico da indústria no desenvolvimento econômico. Para a autores liberais, as intervenções públicas com políticas industriais, a partir do arcabouço neoclássico, seriam de caráter reativo e restrito, com função apenas de corrigir imperfeições ou falhas de mercado (SUZIGAN e FURTADO, 2006).

Por outro lado, para economistas de raiz keynesiana, como Kaldor (1967), a indústria seria o motor de crescimento de longo prazo. Para o autor: a indústria permite: i) Gerar retornos crescentes de escalas; ii) ter efeitos em toda a cadeia produtiva, tanto para trás como para frente; iii) ser um receptor e difusor de novas tecnologias e; iv) tem maior elasticidade-renda das exportações.

(...) as taxas rápidas de crescimento econômico estão associadas à rápida taxa de crescimento do setor "secundário" da economia - principalmente o setor manufatureiro (...) (KALDOR, 1967)

Na América Latina, vários pensamentos surgiram no decorrer do século XX para resolver o *gap* para com os países desenvolvidos. Dentre eles, se destacam as ideias formuladas pela CEPAL, que foi criada em 1947 pela ONU para auxiliar na cooperação econômica internacional e desenvolvimento regional. Nesse sentido, a continuidade desse capítulo tratará de apresentar o pensamento Cepalino e sua influência no desenvolvimento brasileiro.

2.1 – CEPAL para a América Latina

O primeiro ponto para compreender os planos e ideias econômicas realizados pela CEPAL, é entender que, conforme apontado por Bielschowsky (2000) “trata-se de um corpo analítico específico, aplicável a condições históricas próprias da periferia Latino-americana” (p. 16). Os planos idealizados são intrinsecamente ligados ao contexto histórico e às diferenças entre a América Latina e os países industrializados.

Pode-se destacar dois grandes economistas que contribuíram para a construção do pensamento exposto: O economista argentino Raúl Prebisch e o brasileiro Celso Furtado, que produziram as bases teóricas e analíticas do pensamento cepalino. Ela nasceu em um contexto

de descontentamento com a não inclusão da América Latina no Plano Marshall.

Ao constituir-se, em 1948, pairava uma atmosfera de queixa na América Latina devido à exclusão dos países do subcontinente do Plano Marshall. Havia crescente necessidade de analisar a periferia a partir de sua própria ótica, buscando uma formulação teórica capaz de interpretar e transformar sua realidade, o que fez com que muitos intelectuais latino-americanos realizassem um movimento de “descolonização” das ciências sociais. Assim, a CEPAL daria origem à primeira escola de pensamento latino-americano de influência mundial. (NERY, 2004, p.23)

O segundo ponto para sistematizar o pensamento da CEPAL é entender que a organização nunca foi uma instituição acadêmica e tinha como cliente os formuladores de políticas públicas. Nesse segmento, de acordo com Bielschowsky (2000): a unidade e o escopo do “sistema de economia política cepalino” permaneceram desconhecidos.

Com o pós-guerra e a realização do primeiro Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT, sigla em inglês), que buscava diminuir as barreiras comerciais, quotas de importações e outros instrumentos protecionistas, um debate sobre o impacto do livre-comércio em países em desenvolvimento começou (GOMES, 2010). Para Haffner (2007), dado a esse movimento de países industrializados buscando maior cooperação econômica, os países em desenvolvimento necessitariam se reposicionar com adoção de políticas protecionistas e de planejamento econômico, pois tais medidas seriam essenciais para promover a industrialização e diminuir as diferenças econômicas entre os países.

Além disso, a América Latina ainda conservava heranças estruturais dos tempos de colônia, como a participação do comércio internacional com predominância em produtos primários como o café, principal produto brasileiro no início do século XX. Inclusive, foi nesse contexto de análise que Celso Furtado cunhou o termo “modelo primário-exportador” (GOMES, 2010).

Nesse contexto que a CEPAL, no fim dos anos quarenta, estabeleceu os principais desafios enfrentados para o desenvolvimento Latino-Americano, conforme expõe Haffner (2007):

[...] os principais problemas econômicos da região eram apontados pela CEPAL, que basicamente eram definidos como: o ressurgimento do endividamento externo, as dificuldades de manter o crescimento econômico, a queda dos preços das exportações frente aos preços das importações relativamente constantes e o aumento da população. (Haffner, 2007, p. 2)

E com isso, entendeu que as mudanças necessárias passariam por alterações estruturais na produção dos países em desenvolvimento para, enfim, conseguir sua industrialização, pois o então modelo de produção primária e importação de produtos manufaturados, transferiria os ganhos para o exterior. Isso posto, as principais mudanças a realizar seriam “[...] a criação de infraestrutura, a expansão de um parque industrial, a distribuição de renda e o aumento do emprego; demonstrando, assim, que todas estas medidas visavam uma elevação das condições e níveis de vida da população” (Haffner, 2007, p. 2).

2.2– Método Histórico-Estrutural

O método cepalino parte de uma perspectiva histórica para estudar os países latino-americanos e observa que, para a industrialização da região, seria necessário mudar as estruturas produtivas (GOMES 2010). E para essa mudança ser efetiva, os ganhos de produtividade deveriam ser absorvidos pelo mercado interno, pois, de outra forma, tais esforços seriam enviados para o exterior.

Por isso, o investimento em infraestrutura, expansão dos parques industriais, distribuição de renda e aumento de empregos seriam essenciais para garantir o progresso econômico da região, com melhoria significativa da vida da população.

Para desenvolver a análise cepalina, autores como Celso Furtado e Maria da Conceição Tavares se utilizaram do Método Histórico-estrutural, que conforme Herédia et al (2004, p.5), “entende sociedade como estrutura constituída a partir de sua formação política, econômica e social, marcada pela sua história e pelas condições materiais que a constituíam”.

Este método foi chamado de histórico-estrutural e foi de suma importância para a legitimação acadêmica e científica de muitas das formulações teóricas de um grupo de pensadores dos problemas socioeconômicos da América do Sul e América Central. Esta corrente de pensamento sobre a sociedade e a economia da América Latina ficou conhecida como “Estruturalismo Latino-Americano”, e teve Furtado como um de seus maiores expoentes (MAIA E SOUSA, 2020. p.82)

A partir desse método, a CEPAL apresentou as diferenças econômicas entre os países

desenvolvidos e os subdesenvolvidos, com foco na deterioração dos termos de troca apresentada por Raul Prebisch no início dos anos 1950. Essas teses levantaram resistência de setores da elite latino-americanas e membros da comunidade internacional (NERY, 2004, p2). Além disso, o método Cepalino era divergente dos métodos hegemônicos da época como as teses neoclássicas e keynesianas.

Outra divergência relevante é a encontrada com as ideias de Walt Rostow que apresentava os estágios de evolução capitalistas que os países subdesenvolvidos deveriam passar para alcançar os países desenvolvidos. Segundo o autor, seriam as mesmas etapas que outrora foram superados pelos que hoje são considerados desenvolvidos e o subdesenvolvimento seria apenas uma etapa natural desse processo.

Como crítica a este pensamento, Prebisch apresentou sua visão estruturalista em que a economia internacional é interligada, sendo assim, o processo de desenvolvimento de um país está inter-relacionado com o subdesenvolvimento dos outros. Aos países desenvolvidos ele denomina como centro e aos subdesenvolvidos como periferia.

A novidade do estruturalismo de Prebisch, que partia de um ponto radicalmente oposto das demais teorias do desenvolvimento, estava em sua apreensão dos processos de desenvolvimento e subdesenvolvimento como um só, visto que a interrelação centro-periferia formava parte de uma única economia mundial. Sua contribuição mais original repousava na visão sistêmica do desenvolvimento desigual do capitalismo em escala mundial, enquanto sistema econômico de amplitude global organizado hierarquicamente. Esta perspectiva estruturalista era ao mesmo tempo holística e histórica. (NERY, 2004, p.28)

Celso Furtado seria mais enfático em suas ideias quando afirmava a visão do subdesenvolvimento dos países periféricos como um subproduto do desenvolvimento clássico ou europeu. Dessa forma, o subdesenvolvimento seria um processo histórico autônomo, e não necessariamente uma etapa de desenvolvimento conforme explica Bielschowsky (2000^a, apud NERY, 2004, p.28). Essas ideias estão diretamente ligadas à proposta Cepalina, dando origem a um novo pensamento sobre desenvolvimento econômico.

2.3 – A deterioração dos Termos de Troca e Industrialização

Assim como já posto, o pensamento cepalino tem como origem os pensamentos do Raúl Prebisch, que em 1949 publicou o *O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais* que foi considerado como o documento fundador da teoria cepalina, obra também chamada de Manifesto Latino-Americano. Esta publicação consolidará termos importantes para a construção do pensamento cepalino, como as expressões “países periféricos” e “centro-periferia”, que explicariam como Prebisch e a CEPAL observavam o processo de difusão tecnológica e distribuição de ganhos no comércio internacional.

Após a revolução industrial, os países centrais obtiveram um elevado desenvolvimento de novas tecnologias que propiciaram um aumento significativo de produtividade (GOMES, 2010). Todavia, a difusão tecnológica não foi igual no mundo, com os países pioneiros monopolizando as novas tecnologias e investindo na produção de máquinas e equipamentos, que possibilitou a expansão para outros setores da economia. Enquanto isso, os países periféricos se especializariam em uma produção com baixa intensidade tecnológica (setor primário), um elevado excedente de mão-de-obra e, por consequência, baixos salários. (NERY, 2004, p.39) Esse processo se mostra danoso pois, com a desigual distribuição tecnológica, agrava a diferença de produtividade, afetando a capacidade de capitalização por meio da poupança que, segundo o Prebisch (2011 p. 96), “depende primordialmente do aumento da produtividade”.

A realidade está destruindo na América Latina aquele velho sistema de divisão internacional do trabalho, que depois de ter alcançado grande vigor no século XIX, continuava prevalecendo doutrinariamente até bem pouco tempo atrás (PREBISCH, 2011. p.95)

Além disso, a diferença tecnológica provocaria uma deterioração dos termos de troca entre os países. Isto ocorreria, pois, a América-Latina produzia, majoritariamente, produtos com baixo valor agregado e baixa elasticidade no comércio internacional, ao passo que, os países industrializados forneceriam produtos com maior valor agregado. O resultado seria que, os termos de troca latino-americanos perderiam valor frente à produção dos países do centro, fazendo com que parte significativa do progresso técnico dos países periféricos fosse absorto pelos países centrais.

Os efeitos dessa deterioração seriam uma forte restrição nas exportações dos países

periféricos, dificultando uma maior absorção no volume de mão-de-obra e criando um desequilíbrio estrutural no balanço de pagamentos. Esses efeitos aliados a uma especialização em atividades exportadoras por algum motivo aparente de vantagens comparativas, colocavam os países latino-americanos vulneráveis a crises econômicas externas.

Dentro dos ciclos econômicos, haveria períodos em que a expansão das atividades econômicas faria com que os produtos primários obtivessem maior lucro do que os países industrializados. Todavia, nos períodos de contração, os preços industrializados sofreriam menos do que os produtos primários, transferindo o ônus aos países subdesenvolvidos e aumentando a distância entre as duas realidades.

Essa transferência seria ainda maior pelas diferenças na composição do emprego entre centro e periferia. Nos países industrializados, haveria uma forte pressão, em períodos de crise, por parte de empresários e empregados em diminuir o preço dos produtos agrários, transferindo uma diminuição de renda maior aos países periféricos. Esse ponto seria ainda agravado pelo desemprego desses países devido ao excedente de mão-de-obra na agropecuária e baixa organização sindical.

A tese de Prebisch e da CEPAL foram o contraponto à teoria de vantagens comparativas de Ricardo, a qual afirmava que a difusão tecnológica seria homogênea no correr da história por meio da queda de preço dos bens com o avanço tecnológico. Prebisch reconhecia os fundamentos do pensamento ricardiano, porém afirmava que as evidências mostravam uma tendência de permanência dos países periféricos no subdesenvolvimento, aumentando a diferença centro-periferia. Nesse sentido, as vantagens comparativas não seriam aplicáveis aos países latino-americanos.

Ao contrário dessa corrente, Prebisch defendeu a tese de que a especialização da Periferia, na produção de bens primários, produziria e produzia de fato, em primeiro lugar, um diferencial de produtividade a favor dos países industrializados e, em segundo lugar, uma tendência de não convergência entre os preços relativos, causando assim uma transferência involuntária de renda da Periferia em direção ao Centro. Este argumento se apoiava sobre o fato de que as economias primário-exportadoras eram desfavorecidas pela deterioração dos termos de troca entre Centro e Periferia, ao contrário de serem favorecidas. (AMARAL FILHO, 2018)

A partir desse ponto de vista, para Prebisch, a industrialização seria essencial para os países periféricos emergirem do subdesenvolvimento, assim absorvendo parte do seu progresso técnico e melhorando a qualidade de vida da sua população. Dessa forma, o crescimento econômico dos países periféricos estaria atrelado ao seu mercado interno, enquanto o comércio internacional proveria meios para o pagamento de máquinas e equipamentos, diversificando a estrutura produtiva e alavancando o seu desenvolvimento. (GOMES, 2010)

Daí o significado primordial da industrialização para os países novos. Ela não constitui um fim em si mesma, mas o único meio de que se dispõem para ir capturando uma parte do fruto do progresso técnico e elevando progressivamente o nível de vida das massas. (PREBISCH, 2011. p.95)

Além dos pontos já expostos, é válido salientar que a indústria local teria a capacidade de elevar o número de empregos, inclusive com salários mais elevados do que os ofertados na agricultura, assim evitando uma evasão de divisas via importação.

2.4 – Processo de Substituição de Importação

Essas ideias foram a base para o diagnóstico da CEPAL para a América-Latina, avaliando o processo de industrialização essencial para garantir o desenvolvimento da região e identificando a necessidade de políticas protecionistas e de controle na recepção de recursos externos para alcançar seus objetivos. Essas medidas estariam dentro de um processo cunhado como substituição de importações e teria como grande característica o objetivo de substituir os produtos importados pela produção nacional, evitando a dependência do comércio internacional, dos choques advindos de crises externas e, principalmente, evitando a pressão sobre o balanço de pagamentos.

Outra vantagem deste modelo é a possibilidade de escolher produtos que já são amplamente difundidos e validados em outros países, inclusive aprendendo técnicas endógenas e erros na implementação desses produtos, ao passo que a existência do mercado interno garante demanda para escoar a produção enquanto ela se desenvolve.

A indústria local que está dando seus *primeiros passos*, identificando as melhores

práticas e ganhando, gradualmente, escala na produção é chamada de indústria nascente. Ela é, em parte, a grande beneficiada com as políticas industriais, evitando competição externa com empresas que operam a custo de produção muito inferior, garantindo tempo e lucro para investimentos de escala. Além disso, o modelo de substituição de importações poderá auxiliar outros setores da indústria a se desenvolver, protegendo-o da concorrência internacional.

Uma política racional de substituição de importações extrapola o argumento da produção à indústria nascente. Mesmo em relação a um setor antigo pode se justificar a proteção, se ele demonstrar dificuldade em enfrentar a concorrência externa, por problemas conjunturais ou estruturais. (SOUZA, 2005. p.154)

A substituição de importação não significa o fechamento da economia, mas sim, uma escolha seletiva da participação no mercado internacional, permitindo, com políticas protecionistas, obter uma economia com crescimento forte e constante, definindo os rumos desta economia. No longo prazo, os setores produziram exportações, com gradativa abertura econômica das importações após a indústria se tornar madura. (SOUZA, 2005. p.154)

O modelo proposto teria como ferramentas: tarifas alfandegárias elevadas ou cotas de importação para produtos produzidos no país, desvalorização cambial para aumentar o custo em importar, restrição no turismo nacional para evitar evasão de divisas e na limitação das possibilidades do investimento estrangeiro. Isto proporcionaria o nascimento de monopólios com lucro necessário para o desenvolvimento de P&D, com consequência, novas tecnologias, processos e produtos.

Para evitar forte retaliação interna, a CEPAL se preocupou em não assumir posições radicais em temas sociais como reforma agrária e políticas de distribuição de renda, como apresenta Gomes (2010), e dessa forma atrair a burguesia e o estado para proteger-se contra setores externos. Com a implementação do modelo de substituição de importações, com as medidas protecionistas, se procurava atender um maior contingente de mão-de-obra e equilibrar a balança comercial. O complemento proposto pelas ideias cepalinas era a forte participação do Estado na promoção de infraestrutura e crédito para estimular o investimento privado.

A industrialização da América Latina não é incompatível com o desenvolvimento eficaz da produção primária. Pelo contrário, uma das condições essenciais para que o desenvolvimento da indústria possa ir cumprindo o objetivo social de elevar o padrão de vida é que se dispunha dos melhores equipamentos em termos de maquinaria e instrumentos, e que se aproveite prontamente o progresso da técnica em sua renovação sistêmica. A mecanização da agricultura implica a mesma exigência. Necessitamos de

uma importação considerável de bens de capital e também precisamos exportar produtos primários para consegui-la. Quanto mais ativo for o comércio exterior da América Latina, tanto maiores serão as possibilidades de aumentar a produtividade de seu trabalho, mediante uma intensa formação de capital. (PREBISCH, 1962, apud BIELSCHOWSKY, 2000, v.1, p.73)

Conforme Gomes (2010) explica, o processo de substituição de importações seguiria a seguinte ordem: i) produção de mercadorias não duráveis pois exigiriam a utilização de pouco capital e baixa intensidade tecnológica; ii) depois disso, as empresas nascentes importariam produtos intermediários e capital físico, pois não haveria ainda esses produtos no mercado interno e pavimentariam a nova estrutura produtiva do país.

A substituição de importações apresenta-se como uma das alternativas para promover maior crescimento e aquisição tecnológica. Atingindo maior base industrial e diversificação, a própria economia produz posteriormente especialização e vantagens comparativas, proporcionando aumento da base exportadora. (SOUZA, 2005. p.158)

Todavia, a adoção dessa nova tecnologia demandaria muito capital e não traria necessariamente a contrapartida do emprego. Além disso, o mercado interno era ainda pequeno para absorver a nova indústria e o investimento importador provocaria uma escassez de poupança interna. A partir desta percepção que se inicia o debate sobre o papel do capital externo no processo de industrialização latino-americana, tendo em vista que o investimento público não será suficiente.

Para Prebisch, o investimento estrangeiro deveria ser visto com cautela pois, se por um lado o investimento poderia auxiliar na elevação da produtividade e resolveria o problema do investimento e poupança interna, por outro, poderia criar dependência desse capital via dívida. (BIELSCHOWSKY, 2000). Enquanto isso, a CEPAL defendia uma política de seleção para esse capital externo, pois dessa forma conseguiria o capital essencial para a indução do progresso tecnológico e controlaria os padrões de consumo compatíveis com a nova estrutura produtiva criada.

As principais críticas às teses levantadas pela CEPAL foram principalmente na concentração de renda ocasionada pelas medidas protetivas, possibilitando a criação de grupos de interesse que capturariam a economia local. Todavia, Fiani (2011) lembra que tal cenário também acontece sem a presença do Estado na economia. Outras críticas apontam que o aumento de importações é um meio relevante para elevar a produtividade local, além de reduzir a ociosidade. Focar na economia interna encontra graves limitações na aquisição de tecnologias

de elevado capital, necessitando de fontes de moeda estrangeira por meio da exportação.

Furtado apontava que, dentro da ótica de Prebisch, o Nordeste era uma região periférica dentro do Brasil e no GTDN, mais bem abordado no tópico a seguir, o autor mostrou a necessidade de industrializar o Nordeste, influenciando as políticas tanto da região, quanto do Ceará nos anos de 1960, período em que os primeiros planejamentos de desenvolvimento industrial foram projetados para a região.

Tendo em vista a necessidade encontrada pelos autores em encontrar as ferramentas certas para acelerar o processo de desenvolvimento econômico latino-americano e realizar o *catching up* em comparação com países desenvolvidos, o próximo capítulo apresentará a Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), projeto privado de empresas Sul-Coreanas e Brasileiras e que obtiveram forte apoio estatal para sua instalação. Dessa forma, se entenderá a história da CSP e seu papel no desenvolvimento regional à luz da visão cepalina.

3 DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO CEARÁ E A CSP

Essa seção buscará identificar o processo de industrialização cearense e apresentará a Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), maior investimento privado da história do estado até então.

O ponto de partida para entender o desenvolvimento industrial cearense é entender dois pontos relevantes: a industrialização brasileira e latino-americana foi tardia, como já discutido, e, dentro deste contexto, o desenvolvimento nordestino foi ainda mais negligenciado, tanto em termos de crescimento econômico, quanto em avanços sociais.

3.1– Contexto Nacional e Nordestino

Em nível nacional, o Governo de Getúlio Vargas, em um contexto de construção do Estado nacional brasileiro, que buscava maior independência econômica do país, realizou mudanças estruturais significativas como a seleção do funcionalismo público através de

concursos públicos, assim como, a garantia de treinamentos, readaptações e aperfeiçoamento dos servidores civis. Essas mudanças foram formalizadas pelo Decreto-Lei nº 579/38 (ALENCAR JÚNIOR, 2006 p. 166).

Este processo foi coordenado pelo DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público), que possibilitou capacitação de quadros técnicos da administração pública nos níveis federais, estaduais e municipais, sendo fundamental para a aplicação dos planos de ação do estado brasileiro, conforme explica Alencar Júnior (2006 p. 166). Todavia, apesar das ramificações estaduais do DASP auxiliarem no desenvolvimento dos estados, como explica Ianni (1971) o desenvolvimento foi desigual entre as regiões do país e influenciadas por grupos de interesses, principalmente no pós-guerra, com a saída de Getúlio Vargas do poder.

Nos anos seguintes, projetos como a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos de Desenvolvimento econômico (Missão Abbink), com o intuito de auxiliar em difundir conceitos de planejamento dentro de uma ótica capitalista para o Estado e para empresas, e o Plano SALTE, que buscava desenvolver ações na educação, alimento, energia e saúde, também com apoio norte-americano, foram criados para buscar maior coordenação e planejamento do país. (ALENCAR JÚNIOR, 2006 p. 169).

Nas décadas seguintes, o grande pilar teórico para o desenvolvimento do país foi a CEPAL, com influência fundamental em instituições como BNDE, BNB e a Petrobrás no segundo governo getulista. Além disso, a Comissão seria crucial no governo de Juscelino Kubitschek em relação ao nordeste, que, a priori, permaneceu fora dos esforços de industrialização brasileiro, porém foram lembrados por meio Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) fundado por Celso Furtado em 1958, inspirando no ano seguinte a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) de mesmo fundador.

Nos anos 1950, conforme aponta Alencar Júnior (2006 p. 169), existiam duas grandes ideias de como o planejamento brasileiro deveria seguir. A primeira, idealizada por Roberto Campos, que defendia que a ação do Estado deveria se concentrar em encontrar e desobstruir estrangulamentos setoriais. A segunda, apresentada pela CEPAL, informava que o investimento deveria ser global, observando as tendências de oferta e demanda da economia nacional.

A proposta feita na Conferência da CEPAL, no Rio de Janeiro, em 1953, causou polêmica: de um lado, Otávio Gouveia de Bulhões e Eugênio Gudín, de outro, Celso Furtado e Raul Prebisch. O primeiro grupo advogava um controle monetário anterior

ao planejamento e este se limitaria à superação de gargalos setoriais. (ALENCAR JÚNIOR, 2006 p. 169).

Conforme já exposto, por meio da SUDENE, a tese cepalina teve maior influência no nordeste brasileiro, que apesar de rejeição de parte da elite local, foi defendida por maior parte dos governadores da região (FURTADO, 1997). Dos planos de ação idealizados para a região, que apresentou relativo sucesso foi o investimento na industrialização que teve apoio dos setores reformistas e conservadores, porém, muitas vezes taxadas por serem medidas políticas com fins eleitoreiros pela oposição momentânea. (ALENCAR JÚNIOR, 2006 p. 171).

Conforme esta narrativa, as pressões contra as políticas da SUDENE foram fortes. Apenas os incentivos à industrialização tiveram apoio dos setores reformistas e dos conservadores. O motivo para tal seria o consenso existente na sociedade favorável a industrialização. (ALENCAR JÚNIOR, 2006 p. 171).

As políticas da SUDENE, assim como a criação do BNB, em 1952 e da Universidade Federal do Ceará em 1954 foram essenciais para construir um corpo técnico para identificar os principais desafios, ao passo que, desenvolvia planos e coordenação para a realização dos futuros planos estaduais. É importante salientar que parte significativa da qualidade dos servidores públicos destas instituições está diretamente ligada as mudanças estruturais realizadas por Getúlio Vargas, já comentado acima.

O BNB (Banco do Nordeste do Brasil) sofreu forte influência de missões da ONU com o objetivo de desenvolver, tecnicamente, países em desenvolvimento, além de apoio da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e CEPAL (ALENCAR JÚNIOR, 2006 p. 169). A função do banco, dentro da ótica cepalina, foi de garantir o crédito necessário para financiar os projetos germinativos da indústria nordestina, além de financiar projetos de infraestrutura essenciais para garantir competitividade regional.

Da mesma forma, a SUDENE apoiou significativamente a industrialização, com ações voltadas para o desenvolvimento infraestrutural da região, com as obras hídricas para o semiárido, assim como no diagnóstico da realidade nordestina.

A importância da SUDENE para a introdução do planejamento nos Estados não se restringiu aos recursos financeiros. A instituição disponibilizou técnicos e difundiu as idéias de planificação. A SUDENE funcionava como uma entidade mediadora entre os governadores nordestinos e o poder central, com disponibilidade de recursos

superior à de ministérios setoriais (ALENCAR JÚNIOR, 2006 p. 172).

Dando continuidade, a UFC, em 1957, promoveu o 1º Curso de Elaboração de Projetos de Desenvolvimento Econômico, que contou com professores como Celso Furtado da CEPAL, de técnicos do BNDES, do presidente da Companhia Siderúrgica Nacional, general Marcelo Soares e do presidente da Petrobrás, coronel Janary Gentil Nunes. (MARTINS FILHO, 1990).

A parceria com o BNB continuou com a criação do Centro de Produtividade do Nordeste (CEPRON), para formar analistas de projetos para o próprio banco, fornecendo treinamento para técnicos e professores da região, conforme Alencar Júnior (2006 p. 173). Essas atividades foram essenciais para a formação do corpo técnico, em planejamento, para todo o nordeste, culminando na admissão de professores que antes eram técnicos do BNB. Além das atividades já apresentadas, o final dos anos 1950 foram marcados pela criação do Instituto de Pesquisa Econômica (IPE), incorporado pela UFC e pela realização de um conjunto de diagnósticos econômicos e sociais do Ceará e Nordeste.

O CETREDE foi estruturado pela Faculdade de Economia e o BNB-ETENE e encampado pela OEA, ficando sua administração conjunta com BNB e UFC. Representava uma evolução do CEPRON, que foi extinto, e era a primeira instituição de pesquisa e treinamento internacional com sede em Fortaleza, propiciando programas de intercâmbio com universidades estrangeiras. O primeiro convênio desta natureza foi com a Universidade do Arizona, que promoveu treinamento de técnicos do BNB e professores da UFC nas áreas de Engenharia Agrícola, Economia Rural, Irrigação (ALENCAR JÚNIOR, 2006 p. 172).

A UFC também realizou, em convênio com a Universidade da Califórnia e a Fundação Ford o projeto Asimow, que tinha como objetivo formar gerentes e diretores de empresas, assim como de aperfeiçoar os novos professores universitários. O projeto foi coordenado pelo professor Morris Asimow e teve seu piloto no Cariri, com assistência e financiamento do Banco do Nordeste (MARTINS FILHO. 1990).

Por fim, em 1964 foi criado o CAEN. programa de pós-graduação em Economia, financiado pela SUDENE, BNB, Fundação Ford e a USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional). Portanto, o Ceará constituiu instituições e capital humano necessário para desenvolver e executar os futuros planos de desenvolvimento do estado. Durante todo este processo, a participação da CEPAL foi muito relevante na construção teórica

e técnica do capital humano local, porém, com o tempo, a presença Norte-Americana, por meio de suas universidades, fundações e agências, foram modelando os futuros modelos de planejamento da região.

3.2 – PLAMEG e a construção da nova indústria.

O contexto nacional e a percepção da sociedade era que a industrialização seria o caminho para o desenvolvimento do país. A CEPAL foi, possivelmente, a principal influência para tal percepção. Em 1963, assumia o governador Virgílio Távora que trouxe como tema central de seu mandato, o desenvolvimento do Ceará.

O Ceará era muito pobre. Vivíamos de uma agricultura primitiva, sujeita a secas. Quando foi criada a SUDENE, em 1959, havia projetos industriais para todo o Nordeste, menos para o Ceará. Ninguém queria aplicar o seu 34/18 - o desconto no imposto de renda - numa cidade em que a indústria, além do custo das instalações produtivas, tinha que arcar com as despesas para a construção de uma casa de força para gerar energia. E mais: nós não tínhamos um banco estadual, não tínhamos um distrito industrial. Não tínhamos um posto digno deste nome. Em síntese: governar o Ceará se resumia a demitir, nomear e transferir o funcionário. (TÁVORA, 1988)

A dependência da agricultura, sempre afetada pelas secas constantes no estado, colocavam o estado em uma situação precária, com apenas um porto que inviabilizava parte do desenvolvimento do Ceará, como relata Távora (1988), sendo um embrião para a ideia do que se tornaria o Complexo Portuário.

Se tornava latente a necessidade de planejamento e coordenação para a modernização do Ceará, e como já exposto, contava agora com técnicos bem instruídos para desenvolver tais atividades. O governador, conforme Alencar Júnior (2006), tinha a intenção de realizar projetos com forte intervenção do Estado para construir infraestrutura necessárias para a industrialização, além de apoiar o empresariado da região. Esse projeto seria chamado de PLAMEG (Plano de Metas Governamentais), um plano setorial que buscava ser uma coordenação do investimento em setores estratégicos necessários para o desenvolvimento do estado, sendo um instrumento de modernização da economia cearense.

O PLAMEG tanto agradava aos que trabalhavam com uma linha econômica ortodoxa, favorável a uma negociação com os Estados Unidos, como, por ser uma das propostas pioneiras de planejamento de um Estado nordestino, facilitava o acesso aos fundos financeiros da SUDENE. (ALENCAR JÚNIOR, 2006 p. 177).

O projeto previa investimentos em abastecimento de água e esgoto, educação, energia, agricultura, transportes, comunicação, saúde e assistência social e créditos e incentivos para a indústria. A ordem de investimentos era de US\$ 195 milhões de dólares ou Cr\$ 55,5 bilhões, segundo Alencar Júnior (2006 p.180). Dentre os vários resultados alcançados pelo primeiro PLAMEG, o aumento da concentração industrial e renda na região metropolitana de Fortaleza foi um dos que mais chamaram a atenção, possivelmente causado pela elevada concentração populacional na região. Outro resultado o PLAMEG I foi a instalação do Distrito Industrial em Maracanaú, que se tornou bastante relevante para o estado.

No seu segundo mandato (1963-1966), Virgílio anunciou o PLAMEG II, dando continuidade ao seu objetivo de modernização. Este segundo projeto, mantinha a centralização da ação no Estado, apoiando os investimentos privados por meio de um planejamento setorial, porém com maior preocupação na distribuição de renda e concentração espacial do investimento.

Os resultados encontrados tiveram desdobramentos nas décadas seguintes, principalmente relacionados aos seus objetivos. Já no PLAMEG II, a construção de um porto e a atração de uma refinaria e siderurgia para o Ceará, eram vistas como prioridade para alcançar o desenvolvimento almejado. Além disso, a importância de fortalecer os setores têxteis e metalúrgicos do estado e o incentivo para a criação de *clusters* industriais que estavam no PLAMEG II, foram reavivados, junto com o porto, a siderurgia e a refinaria, no Plano de Desenvolvimento Sustentável do governo Tasso Jereissati.

O PLAMEG foi considerado uma das primeiras experiências de aplicação de um plano governamental em um estado nordestino e achava-se em consonância com o plano de metas do Governo Federal e, como já salientado, sua base de ação era setorial. Convém destacar o fato de que com a retomada do primeiro plano e execução do segundo privilegiou-se a implantação de infraestrutura carente no Estado do Ceará e imprescindível à realização da política de industrialização calcada nos investimentos privados. (TALES E AMORA, 2016 p.9)

3.3 – Tasso Jereissati e o Plano de Desenvolvimento Sustentável

O pensamento industrialista cearense teve continuidade com a chegada de Tasso Jereissati ao governo do Ceará, onde exerceu três mandatos (1987-1990;1995-2002). No primeiro, focou no ajuste fiscal e na reforma da estrutura administrativa por meio de corte de gastos públicos. Estas reformas abriram espaço no orçamento para o desenvolvimento de políticas industriais, com intuito de torná-las vetores de crescimento dos outros setores da economia, (ALMEIDA E SILVA, 2000) em consonância com as ideias Cepalinas de crescimento econômico.

Em 1986, o governador resgata as aspirações do PLAMEG II quando, em seu plano de governo, apresenta projetos de implementação de uma refinaria de petróleo, uma unidade de laminadores planos, uma usina de beneficiamento de urânio, outra de beneficiamento de gás natural e a criação da Zona de Processamento de Exportações (ZPE) (Ceará, 1986).

Entre o primeiro e o segundo mandato de Tasso Jereissati, Ciro Gomes foi eleito governador do estado (1991-1994), dando continuidade às políticas industrialistas do seu antecessor, (TALES E AMORA, 2016 p.10) participando de negociações para a implementação da usina de beneficiamento de urânio (projeto Itatiaia), a siderurgia do Nordeste (SIDNOR), uma refinaria de petróleo e a ZPE (CEARÁ, 1990). Em 1995, Tasso Jereissati retorna ao poder cearense e institui o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Ceará (1995-1998), que acompanhava os projetos federais “Brasil em Ação” e “Avança Brasil” do governo de seu correligionário Fernando Henrique. Nesse novo plano, se tornou clara a intenção de construir um “complexo siderúrgico e petroquímico integrados a um porto moderno” (TALES E AMORA, 2016 p.10), manifestando a atividade industrial como fator de desenvolvimento sustentável do projeto.

As discussões sobre a construção do porto cearense deram continuidade com a fundação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP). Além disso, o projeto contava com o apoio federal, com o programa “Brasil em Ação”, que buscava investir nas áreas de energia, transporte, portos, telecomunicações, turismo, agricultura, saneamento básico e trabalho, por meio do Ministério do Planejamento. Em nível estadual, uma das primeiras ações foi a criação do Grupo de trabalho Interinstitucional 5 (GTI 5), integrando várias secretarias, conselhos e entidades públicas com foco de iniciar o planejamento e execução para a instalação da CIPP.

Um exemplo de ação deste grupo fora a desapropriação gradual de moradores da região onde seria construído o Complexo, gerando uma série de conflitos com as comunidades locais. (TALES E AMORA, 2016 p.11).

No fim do governo Jereissati, a implementação da CIPP foi concretizada, com o término da construção do porto do Pecém que, iniciou suas atividades em 2002, desafogando o porto do Mucuripe e possibilitando as atividades de uma Siderurgia na Região.

Concomitante a este processo de desenvolvimento industrial do estado, também foi criado o Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI), com intuito de conceder benefícios à instalação de empreendimentos industriais, fornecendo incentivo por foco na industrialização do estado e para entender esta política, é necessário retornar ao segundo Virgílio Távora.

3.4 – Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará.

O Fundo de Desenvolvimento Industrial retoma a ideia cepalina de apoio estatal para proteger e fortalecer a indústria local, principalmente a nascente, que produzirá novos empregos e gerará renda no longo prazo. Enquanto o PLAMEG e planos seguintes buscavam construir um melhor ambiente de negócios, com o desenvolvimento da sociedade e da infraestrutura, o FDI busca atrair as empresas por meio de incentivos fiscais e imobiliários dentre outras políticas industriais.

Ele foi instituído pela Lei nº 10.367, de 7 de dezembro de 1979 (ADECE, 2014) no segundo mandato do governador Virgílio Távora. Todavia, somente com a constituição de 1988, que dava maior autonomia administrativa para os estados da federação que o fundo passou a impactar mais significativamente o processo de industrialização do Ceará. (PONTES, VIANA E HOLANDA, 2006 p.7).

O FDI atraiu, entre 1991 e 1994, 204 empresas para o estado (ALMEIDA E SILVA, 2000), porém com elevada concentração. Em média 74% se localizaram na RMF. Esse fato fez com que, em 1995, a lei fosse alterada para incentivar a atração de novas empresas fora da região.

Tabela 1 – Sistema de Incentivos Adotados em 1995 - Ceará

Distância da RFM	Fin. Do ICMS	Prazo (Meses)	Carência (Meses)	Retorno	Correção e Juros
Na RMF	0,6	72	36	0,6	100% do IGPM
Até 300 km da RMF	0,75	120	36	0,25	100% do IGPM
Entre 300km e 500km da RMF	0,75	156	36	0,25	100% do IGPM
Superior a 500km da RMF	0,75	180	36	0,25	100% do IGPM

Fonte: Ceará, 1995 apud (ALMEIDA E SILVA, 2000)

Conforme apontado na tabela acima, que expressa as regras adotadas a partir de 1995 para os incentivos do RMF, foram estabelecidos raios em quilômetros com intuito de fortalecer a indústria fora da região metropolitana. Esse modelo foi adotado até o ano de 2002, quando novas mudanças foram realizadas. Durante este período, em média, 71,1% do investimento foi na RMF, principalmente nas cidades de Maracanaú, Aquiraz e Fortaleza, totalizando 153 novos estabelecimentos e gerando 27.895 empregos diretos. Os outros 28,9% do investimento foram para cidades como Sobral, Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha entre outros, e geraram, em média, 29.462 novos empregos em 117 novas fábricas. A preços de abril de 2021, a ordem do valor investido foi de R\$ 8.807.909.358,02 (ALMEIDA E SILVA, 2000).

Nesse contexto, a cidade de São Gonçalo do Amarante, onde estava sendo construído o porto do Pecém e, futuramente, localidade da CSP, era parte da Região Metropolitana de Fortaleza.

Em 2002, novas alterações foram realizadas, agora com intuito de fortalecer *clusters* industriais percebidos em alguns municípios do Ceará. Essa ação pretendia reforçar o processo de industrialização dos municípios avaliados como polos industriais. Outros municípios poderiam receber incentivos, porém não na mesma magnitude.

Esta reformulação pretendia, portanto, criar um ambiente que permitisse o surgimento de vantagens competitivas na localização industrial no Ceará para que as empresas continuassem a existir sem necessidade de recorrerem a incentivos (ALMEIDA; SILVA, 2000).

Durante a vigência desta regra, a região do Pecém obteve uma isenção de ICMS de 75% para obras estruturantes, dentro do contexto de inauguração do Porto e atração de empresas para a formação do complexo industrial. Assim como na regra anterior, os principais investimentos (72,8%), empregos (70,7%) e empresas (62,5%) se concentraram na RMF, principalmente nas cidades de Maracanaú e Pacajus (ALMEIDA E SILVA, 2000). A investimento total foi de R\$ 1.146.355.440,75 a preços de abril de 2021.

Em 2003, o Decreto nº 27.040, de 09 de maio de 2003, modificou profundamente a metodologia adotada para os incentivos do FDI. Foi adotado um sistema de pontos com foco em fortalecer as externalidades positivas, dando fundamentos robustos para a aplicação do fundo. A pontuação iria de 0 a 50, onde o mínimo possibilitaria apenas 25% de isenção e a cada ponto, seria acrescido 1%, chegando ao máximo de 75%. Os critérios escolhidos foram: Volume de investimento (13 pontos); Setores e cadeias produtivas (08 pontos); Geração de emprego (12 pontos); Aquisição de matérias primas e insumos no Ceará (07 pontos); Localização geográfica (06 pontos); e Responsabilidade social (04 pontos).

Entre 2003 e 2005, o investimento, a preços de abril de 2021 foram de R\$ 2.409.230.894,28, gerando 22.511 empregos diretos distribuídos em 233 empresas. Este sistema vigorou durante as negociações para a instalação da CSP no estado do Ceará. A companhia recebeu os inventivos acordados pelo FDI, além de terras e apoio no investimento da infraestrutura da cidade para o desenvolvimento do projeto.

3.5 – A Companhia Siderúrgica do Pecém

A seguir, será apresentada a Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), maior investimento privado do Estado do Ceará e em três anos de operação já representava 60% do volume de exportações estaduais.

A empresa é uma *joint venture* formada pela brasileira Vale (50%) e pelas sul-coreanas Dongkuk (30%) e Posco (20%) e juntas investiram US\$ 5,4 bilhões, maior investimento privado do Estado do Ceará. A sul-coreana Dongkuk Steel Mill, fundada em 1954, é um dos maiores grupos siderúrgicos de seu país, produzindo em 2010 em média 5,6 e 3 milhões de toneladas de produtos siderúrgicos e aço bruto, respectivamente. Além disso, a empresa é a maior compradora de placas de aço do mundo, sendo um dos principais clientes da CSP desde o início de sua operação.

A Posco foi a quinta maior empresa de siderurgia no mundo em 2019, segundo a *World Steel Association*, produzindo, em média 43,1 milhões de toneladas de produtos siderúrgicos. A empresa foi fundada em 1968 na Coreia do Sul e hoje está presente em mais de 52 países. Por fim, a Vale, fundada pelo governo brasileiro em 1942 e privatizada em 1997, foi a terceira maior empresa de mineração do mundo conforme o observatório brasileiro de mineração. Além da mineração, a empresa atua nas áreas de logística, energia e siderurgia, tendo participação em grande parte da cadeia de produção do aço brasileiro.

O investimento, a partir de 1995, foi na ordem de US\$ 841,8 milhões em São Gonçalo do Amarante de acordo com a Secretaria de Planejamento do Estado do Ceará. O setor Siderúrgico contaria com mais de US\$ 820,0 milhões de investimento no estado, sendo quase 24,3% do investimento planejado pelo Governo do Estado Cearense para desenvolver a indústria, construindo infraestrutura em estradas, energia e urbanização segundo Rodrigues (1998, p. 18).

O primeiro projeto de siderurgia no Ceará foi a Ceará Steel, uma parceria entre a BNDESpar, Dongkuk e a Vale que não foi oficializada. Em 2007, o projeto foi formalizado entre a Vale, Dongkuk Steel Mill e o governo do Ceará por meio de um memorando para a construção da CSP. O Governo não atuou diretamente na companhia, mas foi essencial para oficializar sua localização no Estado.

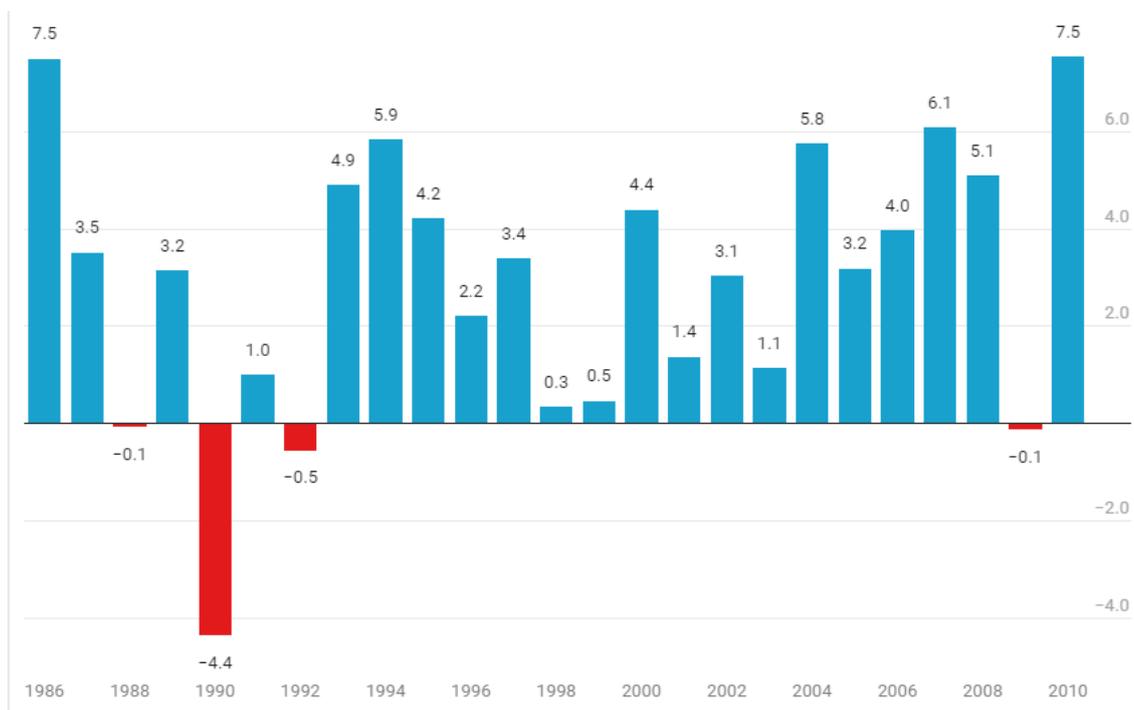
A viabilidade inicial desse projeto foi, portanto, fruto de uma confluência de interesses, que envolveu não só as empresas diretamente participantes da composição acionária, mas também forças políticas cearenses representadas pelo governo estadual e pelas instituições locais responsáveis pela elaboração das políticas de desenvolvimento. (JÚNIOR, 2010, p,131)

Dos fatores relevantes para a implementação do projeto, destacam-se: o bom desempenho da economia brasileira na década de 2001-2010, a demanda aquecida por produtos siderúrgicos nos mercados doméstico e internacional, as vantagens competitivas locais e o apoio do governo estadual, aproximando da perspectiva cepalina para o desenvolvimento regional.

No ano em que a decisão por parte dos investidores foi tomada, o Brasil obteve uma taxa de crescimento do PIB anual de 6,07%, maior crescimento desde 1986, quando alcançou 7,5%. Além disso, o crescimento médio do triênio 2004-2006 (4,31%) foi 2,45 p.p. acima de 2001-2003, que por sua vez foi superior ao período anterior, sugerindo uma trajetória positiva

para a economia brasileira.

Gráfico 01 - Taxa de Crescimento Real do PIB anual Brasileiro – 1986 a 2010



Fonte: Produção própria com dados do Sistema Contas Anuais (IBGE)

Além disso, a China se posicionava como grande mercado de consumidor de *commodities*, potencializando o crescimento brasileiro e que de 2000 a 2008 elevou o consumo de produtos siderúrgicos em 18,5% em comparação aos 2,3% no comércio mundial (JÚNIOR, 2010, p. 133).

No presente século, a indústria siderúrgica global vinha crescendo, em média, a 6,9% a.a. no período que vai de 2000 a 2007, puxada, sobretudo, pelo crescimento acelerado da China. No que tange ao consumo aparente de produtos siderúrgicos, de um modo geral, a tendência era similar à verificada na produção de aço bruto. Novamente, o destaque positivo ficou por conta da China, que aumentou o seu consumo aparente em 18,5% no período que vai do ano 2000 a 2008, contra 3,2% da média mundial. Consequentemente, a importância relativa do comércio exterior na indústria siderúrgica mundial também crescia no período, chegando a 37,5% da produção global. (JÚNIOR, 2010, p. 133).

As vantagens que fizeram o Ceará como principal escolha dos investidores estão diretamente ligadas ao apoio do governo estadual em promover um ambiente favorável para o desenvolvimento da região, com vantagens financeiras e fiscais que buscavam se basear em uma política de desenvolvimento industrial regional já apresentados anteriormente. A proximidade do porto do Pecém das localidades da CSP, assim como a infraestrutura eficiente do porto auxiliaram na escolha do Estado, assim como a própria localização do Ceará como um dos estados mais próximos dos principais clientes internacionais.

Desde o princípio, o projeto CSP buscou aliar o desenvolvimento da empresa a aspectos de sustentabilidade social e ambiental, apoiando as suas decisões estratégicas as boas práticas internacionais, conforme já idealizavam todos os programas de desenvolvimento de Tasso Jereissati, que construíram o porto, quanto as exigências do FDI.

A participação de empresas consolidadas no mercado em comunhão com a Vale, que tem longa história no Brasil e na América-Latina, auxiliaram na consolidação da companhia no mercado internacional.

O pensamento cepalino do século XX, limitado ao seu contexto histórico e social, não conseguia observar a relevância futura de temas ambientais que hoje pauta as políticas públicas de desenvolvimento regional ampliando a relevância da participação e fiscalização do Estado por meio de agências de pesquisa e fiscalização, assim como em estabelecer e garantir estabilidade nas instituições competentes.

3.5.1 – Meio Ambiente

A CSP foi erguida sobre a caatinga, bioma somente encontrado no Brasil e é o terceiro mais degradado do país. Tem por característica marcante o clima semiárido e estima-se que 80% da sua vegetação foi completamente modificada pelo extrativismo e a agropecuária (SOUZA, ARTIGAS e LIMA, 2015).

Tabela 2 – CSP - Expectativa de Investimento - 2014

Investimento na aquisição de equipamentos e processos voltados à preservação do meio ambiente	R\$ 1 bilhão
Compromisso de emissões atmosféricas abaixo das estabelecidas na legislação ambiental brasileira	50% menores
Reaproveitamento de resíduos sólidos - Reciclagem	99%
Geração de energia elétrica	100% própria
Resquícios arqueológicos catalogados durante a fase de supressão vegetal	26 unidades
Reaproveitamento da água usada pela CSP	98%

Fonte – Produção própria com dados da Companhia Siderúrgica do Pecém

Tendo em vista isso e a relevância ambiental para o projeto, a Companhia criou dois planos de ação para preservar a fauna e flora local. Em parceria com a empresa local Verde Vida e com o Parque Botânico do Ceará criaram, respectivamente, o Plano de Resgate e Salvamento de Fauna e o Parque Botânico do Ceará. Esses projetos deram a CSP o título de primeira empresa cearense a receber o certificado de reposição florestal do órgão ambiental do estado (NASCIMENTO ET AL, 2020).

Em sintonia com o seu posicionamento de empresa “verde”, a CSP recuperou 206 hectares da Estação Ecológica do Pecém, 191 hectares da área interna da empresa e mais 15 hectares da Lagoa do Bolso, totalizando 412 hectares reflorestados com o plantio de 320 mil mudas. A área total recuperada equivale a 412 campos de futebol. As ações voltadas para a flora incluíram a implantação de um Viveiro Florestal, inaugurado em 5 de junho de 2013, Dia Mundial do Meio Ambiente. Com capacidade para produzir 300 mil mudas de espécies nativas por ano, o viveiro ocupa uma área de 183 hectares no terreno da empresa. (CSP.2021).

Tabela 3 - CSP – Reflorestamento Realizado - 2014

Onde	Hectares
Estação Ecológica do Pecém	206
Área interna da CSP	191
Lagoa do Bolso	15
Total de Hectares Recuperados com mudas de espécies nativas	412
Total de mudas	320 mil

Fonte – Produção própria com dados da Companhia Siderúrgica do Pecém

Outra ação foi a instalação do Banco de Sementes no Parque Botânico do Ceará em 2013 com foco em realizar pesquisas para a conservação de espécies nativas, auxiliando os programas de reflorestamento.

As tecnologias adotadas pela CSP são consideradas o “estado da arte” no mundo, tanto para a produção do aço quanto para a preservação ambiental. Cerca de R\$ 1 bilhão foi destinado à aquisição e instalação de equipamentos com a mais alta tecnologia na prevenção de impactos ambientais e diversas ações foram realizadas desde a concepção do projeto. (NASCIMENTO ET AL, 2020).

Tabela 4 – CSP - Balanço final do resgate da fauna e flora - 2011

Sementes coletadas	640.199 (de 43 espécies)
Mudas plantadas	320969
Espécies da fauna preservadas	89
Animais resgatados	6424
Espécies da flora preservadas	90

Fonte – Produção própria com dados da Companhia Siderúrgica do Pecém

Em relação as questões hídricas, foi construído modernas estações de tratamento, buscando obter uso eficiente de água, permitindo sua recirculação em um circuito fechado e um

consumo. Essas e outras atitudes buscando o desenvolvimento socioambiental e tecnológico da região, garantiram para a CSP conquistar relevantes certificações de qualidade (ISO 9001), Meio Ambiente (ISO 14001, RoHS - European Union), produtos de Alta Tecnologia (Maxion Wheels, Siemens Gamesa, Caterpillar, Scania) e de certificações internacionais (DetNorske Veritas-Germanischer Lloyd, Registro Italiano Navale, Indian Register of Shipping, BureauVeritas, Lloyd's Register, Korean Register, American Bureau of Shipping, Russian Maritime Register of Shipping) (NASCIMENTO ET AL, 2020 p. 31).

3.5.2 – Mão de Obra

Para a obtenção de mão-de-obra a CSP investiu R\$ 182 milhões em seleção e treinamento, inclusive fora do país, para a boa formação dos seus futuros funcionários. Para a realização, trabalhou em parceria com SENAI-CE (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), onde apoiou no programa de formação de operadores; no IFECE (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará), contribuindo na implementação dos cursos técnicos de metalurgia; e na UFC (Universidade Federal do Ceará) ajudando na criação do primeiro curso de Engenharia Metalúrgica da região Nordeste. Além disso, cursos de idiomas e de ambientação em siderurgias do Sudeste foram ofertados para os trabalhadores.

Apenas com o SENAI-CE, foi realizado contrato de R\$ 5 milhões, aplicados em 22 cursos customizados para atender às necessidades da CSP. A iniciativa abriu oportunidades para jovens de 18 a 28 anos, a maior parte em busca do primeiro emprego. (NASCIMENTO ET AL, 2020 p. 32).

Ademais, para o desenvolvimento contínuo da sua mão-de-obra, o consórcio tem um centro de treinamento com capacidade para 276 pessoas, com laboratório para prática da atividade siderúrgica e biblioteca. Em parceria com a Secretaria Estadual do Trabalho e Desenvolvimento Social, criou o programa Janela de Oportunidade, que buscava auxiliar os trabalhadores que atuaram na construção das usinas, a se realocarem no mercado de trabalho e para o bom contato com a comunidade local, desenvolveu o Programa de Diálogo Social, com iniciativas de diálogo e desenvolvimento da região. Esse conjunto de programas e iniciativas contabilizou, durante a fase de construção, R\$30 milhões em responsabilidade social (NASCIMENTO ET AL, 2020).

3.5.3 – Expectativas de Crescimento da Economia

No princípio do projeto, a empresa estimava a geração de, em médias, 23 mil empregos na região na fase de implementação da usina, sendo quase 15 mil diretos e 8 mil indiretos. Na segunda fase, eram esperados 10 mil trabalhadores diretamente ligados na construção e 5 mil postos indiretos. Por fim, a empresa esperava contratar diretamente 2 mil trabalhadores para o seu quadro de funcionários no fim da implementação e estimular mais 5 mil empregos na região. (BRAGA, 2009 apud JÚNIOR. 2010 p.141).

Em relação a Massa Salarial, as previsões eram de R\$ 74 e 80 milhões injetados na economia local para a etapa de construção e o pleno funcionamento da primeira fase da usina. A segunda fase, estima-se gerar R\$ 48 milhões em massa salarial na construção e R\$ 133 milhões na operação plena. (BRAGA, 2009 apud JÚNIOR. 2010 p.141).

4 IMPACTO DA CSP

O presente capítulo buscou identificar os impactos da Companhia Siderúrgica do Pecém na economia do Ceará. Para tal, será realizado, uma análise empírica de natureza quantitativa e descritiva, por meio do cálculo de indicadores. A metodologia utilizada seguiu as seguintes etapas: coleta e tratamento de dados, produção dos indicadores e análise descritiva e analítica. O período abordado é, em geral, de 2009 a 2019 e para a produção de tabelas e gráficos serão utilizados os *softwares* Excel e R.

Os blocos de indicadores serão divididos nos seguintes grupos: i) Formação de empregos; ii) PIB e arrecadação de impostos e; iii) Comércio Internacional.

A base para a escolha dos indicadores utilizados foram os impactos previstos pela industrialização segundo a ótica cepalina, indicando a observação sobre emprego, renda e comércio internacional, observando como a nova indústria, em parceria com o Estado, consegue mudar a rota de desenvolvimento de uma região latino-americana.

O outro pilar para a utilização desses indicadores são as expectativas geradas pelo incentivo do FDI cearense, fonte de isenção e investimento por parte do governo para a

instalação da companhia. Dessa forma é possível identificar o êxito na política de desenvolvimento do Ceará.

4.1– Empregos e Renda.

Os dados utilizados para mensurar o número de emprego e renda foram retirados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do período de 2009 a 2019, buscando analisar o impacto da construção e operação da CSP. Os indicadores serão:

- Empregos
- Massa Salarial e Remuneração Média
- Composição dos Empregos na cidade de São Gonçalo do Amarante segundo a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) e da Siderurgia em SGA em 2019 (CBO)

Para melhor identificar o impacto da CSP no emprego, será estudado a cidade de São Gonçalo do Amarante, assim como a sua região, que será composta pelos seguintes municípios: Paracuru, Paraipaba, São Luís do Curu, Trairi e São Gonçalo do Amarante. Estes municípios, quando agrupados, receberão o nome de municípios selecionados. Os dados distribuídos por agrupamentos em setores utilizando a classificação da Classificação Nacional por Atividade Econômica (CNAE), conforme tabela abaixo:

Quadro 1 – Agrupamentos da Economia Conforme Seção da CNAE

Setores	CNAE Seção
Agropecuária	A
Indústria Extrativista	B
Indústria de Transformação	C
Indústria de Eletricidade, Gás, Água e Esgoto	D e E
Indústria de Construção	F
Comércio	G
Serviços	H até U

Fonte – Produção própria

4.1.1 – Formação de empregos

A tabela a seguir apresentará o número de empregados por setor da economia para a cidade de São Gonçalo do Amarante, assim como a variação ocorrida de 2009 a 2019.

Tabela 5 – Número de Trabalhadores e Variação (%) – 2009 a 2019 – São Gonçalo do Amarante

Setores	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Variação 2009 - 2019
São Gonçalo do Amarante	5.190	7.821	9.458	6.832	8.674	12.273	14.342	11.094	13.243	12.396	12.721	145%
Agropecuária	246	256	280	282	347	259	230	137	144	134	101	-59%
Indústria Extrativista	27	37	32	33	2	0	0	0	0	0	0	-100%
Indústria de Transformação	924	1.340	1.070	988	1.052	1.366	3.476	3.826	3.757	3.724	4.364	372%
Indústria de Eletricidade, Gás, Água e Esgoto	21	129	164	181	238	320	328	210	550	475	595	2733%
Indústria de Construção	1.113	2.837	2.927	956	1.998	4.429	3.882	1.108	1.230	1.105	440	-60%
Comércio	230	328	385	482	492	532	647	658	723	730	708	208%
Serviços	2.629	2.894	4.600	3.910	4.545	5.367	5.779	5.155	6.839	6.228	6.513	148%

Fonte – Produção própria com dados da RAIS 2019

Em resultados gerais, o crescimento do número de empregos no município foi de 145%, chegando a quase 13 mil empregados em 2019. Em 2011, iniciou-se o processo de terraplanagem da região onde seria construído a Companhia e em 2012 e durou até 2014, começou a construção da companhia, durante este período, houve um leve crescimento de funcionários do setor (2010-2011) e com queda elevada em 2012. Entre 2013 e, principalmente, 2014, o setor retornou a crescer, exatamente no período em que fora finalizado as obras da CSP.

Os anos de 2014 e 2015, foram os de construção e testes do equipamento, período em que a indústria de transformação cresceu fortemente na cidade, mais de 230% quando comparado 2015 com 2013. Este ritmo de crescimento permaneceu até o último ano avaliado, chegando a 4.364 empregados e um crescimento de 273% em contraste com 2009. No mesmo período, a Agropecuárias e a Indústria Extrativas recuaram significativamente ao passo que os setores de Comércio e Serviços cresceram 208 e 148%, respectivamente.

Segundo Kaldor (1967), a indústria teria um impacto em toda a cadeia produtiva, aumentando sua utilização de insumos naturais, assim como, produziria produtos que fortaleceriam o comércio e serviços. Todavia, conforme já exposto, a CSP importa seu insumo de fora do estado do Ceará (Minério de Ferro do Maranhão), na mesma medida que foca a venda de seus produtos para o mercado internacional, diluindo grande parte do impacto econômico que poderia obter no Estado do Ceará. Dessa forma, é factível uma estabilidade ou queda dos setores anteriores na cadeia, porém com crescimento dos posteriores via aumento de renda em salários.

A seguir, a tabela apresentará uma comparação entre as variações nos setores de 2009 a 2019 entre os cortes selecionados: i) São Gonçalo do amarante; ii) São Gonçalo do amarante e municípios próximos a cidade; e iii) municípios próximos.

Tabela 6 –Variação (%) – 2009 a 2019 – São Gonçalo do Amarante e Municípios Selecionados

Setores	Variação 2009 - 2019 em São Gonçalo do Amarante	Variação 2009 - 2019 nos Municípios Selecionados (Com SGA)	Variação 2009 - 2019 nos Municípios Selecionados com exceção de São Gonçalo do Amarante
Total	145%	58%	14%
Agropecuária	-59%	12%	34%
Indústria Extrativista	-100%	-44%	-30%
Indústria de Transformação	372%	122%	-32%
Indústria de Eletricidade, Gás, Água e Esgoto	2733%	1276%	-
Indústria de Construção	-60%	-10%	-100%
Comércio	208%	148%	98%
Serviços	148%	46%	122%

Fonte – Produção própria com dados da RAIS 2019

É perceptível que a queda na Agropecuária se concentrou no município de São Gonçalo do Amarante, à medida que o setor cresceu nas demais cidades em média 58%. A indústria de transformação seguiu trajetória oposta, caindo nos municípios. Os setores de comércio e serviços cresceram, porém em ritmo menor em contraste ao município de São Gonçalo. A tabela abaixo apresenta a participação dos empregos, por setor, de SGA na região.

Tabela 7 – Participação (%) dos Empregos de São Gonçalo do Amarante na Região dos Municípios Seleccionados – 2009 e 2019

Setores	Participação de São Gonçalo do Amarante em 2009	Participação de São Gonçalo do Amarante em 2019
Participação de São Gonçalo do Amarante	33%	52%
Agropecuária	24%	9%
Indústria Extrativista	20%	0%
Indústria de Transformação	38%	81%
Indústria de Eletricidade, Gás, Água e Esgoto	47%	96%
Indústria de Construção	68%	30%
Comércio	30%	38%
Serviços	28%	47%

Fonte – Produção própria com dados da RAIS 2019

Nos empregos gerais, o município elevou sua participação em 19 p.p. ao comparar-se 2019 a 2009, principalmente na indústria de transformação, eletricidade, gás, água e esgoto, com participação em 81 e 96%, respectivamente. Enquanto isso, na Agropecuária, Extrativismo e Construção, a participação recuou. No setor de comércio, houve uma elevação em 8 p.p. e o setor de Serviços cresceu 19 p.p.

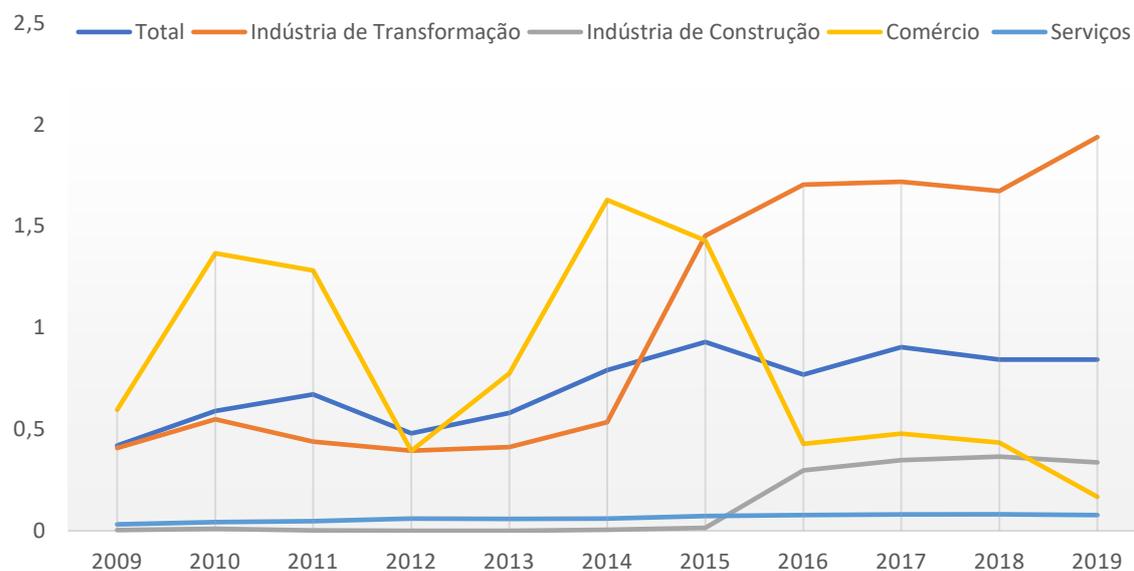
Para neutralizar a variação natural do indicador de emprego e do crescimento natural, tanto populacional, como econômico, a seguir, será apresentado um indicador para o número de empregados por setor, com foco em identificar o real crescimento da mão-de-obra, com menor volatilidade de fatores externos. O indicador é a divisão do número de empregados do município pelo total de empregados no setor do estado, multiplicado por 100. Desta forma, o desempenho do município deixa de ser avaliado em um número bruto e passa a ser avaliado como participação no estado, permitindo uma análise regional dentro do Ceará.

Tabela 8 – Número de Trabalhadores sobre Empregos no Ceará – 2009 a 2019 – São Gonçalo do Amarante

Setores	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Total	0,42	0,59	0,67	0,48	0,58	0,79	0,93	0,77	0,90	0,84	0,84
Agropecuária	1,02	1,16	1,16	1,14	1,35	0,98	0,84	0,59	0,64	0,61	0,48
Indústria Extrativista	1,00	1,39	1,14	1,06	0,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indústria de Transformação	0,41	0,55	0,44	0,39	0,41	0,53	1,45	1,70	1,72	1,67	1,94
Indústria de Eletricidade, Gás, Água e Esgoto	0,25	1,49	1,88	2,49	2,67	3,05	2,88	0,05	3,21	2,36	3,32
Indústria de Construção	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,01	0,01	0,30	0,35	0,37	0,34
Comércio	0,60	1,37	1,28	0,39	0,78	1,63	1,43	0,43	0,48	0,43	0,17
Serviços	0,03	0,04	0,05	0,06	0,06	0,06	0,07	0,08	0,08	0,08	0,08

Fonte – Produção própria com dados da RAIS 2019

Gráfico 02 - Número de Trabalhadores sobre Empregos no Ceará – 2009 a 2019 – São Gonçalo do Amarante



Fonte – Produção própria com dados da RAIS 2019

A partir desta forma de visualização, é notável o crescimento da indústria de transformação a partir de 2015, mudando de nível a relevância do município frente ao estado do Ceará. Em contraste, o setor de comércio que, em números brutos, cresceu, ao ser comparado com o resto do setor no estado, contraiu a partir de 2015, à medida que a indústria de construção que havia contraído, apresentou crescimento quando comparado com o resultado do setor no estado. Serviços (excluindo comércio) permaneceram constantes no período e a média geral

apresentou uma pequena trajetória de crescimento.

Tabela 9 – Número de Trabalhadores do Setor Siderúrgico e Participação nos Empregos Gerais (%) – 2009 a 2019 – São Gonçalo do Amarante

Setores	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Siderurgia	18	104	61	357	2.304	2.623	2.635	2.425	2.520
Participação nos Empregos do município	0,2%	1,5%	0,7%	2,9%	16,1%	23,6%	19,9%	19,6%	19,8%

Fonte – Produção própria com dados da RAIS 2019

A tabela acima expôs o número de empregados no setor siderúrgico na cidade em 2011, primeiro ano com empregados deste setor, até 2019, assim como a participação do setor no emprego total de São Gonçalo do Amarante. O crescimento de 2015-2014 na siderurgia foi de 1.947 funcionários, 94% do crescimento percebido naquele ano no município, mostrando o crescimento ocasionado pela instalação da indústria na região.

Tabela 10 – Número de Empregados por Nível Escolar – 2009 a 2019 – São Gonçalo do Amarante

Escolaridade	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Analfabeto	7	7	0	0	1	37	26	1	5	8	6
Ensino Fundamental Incompleto	247	628	903	341	362	1.342	989	183	246	222	172
Ensino Fundamental Completo	90	621	685	161	239	622	714	132	248	211	156
Ensino Médio Incompleto	26	203	218	28	44	322	222	51	57	53	45
Ensino Médio Completo	881	1.645	2.142	1.116	1.344	2.750	4.631	2.796	3.626	3.302	3.467
Ensino Superior Incompleto	30	45	65	26	59	194	324	139	274	140	171
Ensino Superior Completo	709	720	810	851	1.091	1.476	2.082	1.677	2.009	1.648	1.908
Pós-graduados	0	0	0	0	0	0	27	38	35	32	32

Fonte – Produção própria com dados da RAIS 2019

Por fim, a tabela 10 expôs o número de empregados por nível escolar em São Gonçalo do Amarante durante o período analisado. Os trabalhadores de ensino médio e superior completo cresceram significativamente até 2015 e com recuo seguido por uma estabilização em

2016, em consonância com os dados de crescimento do emprego durante o período de construção. Os pós-graduados não foram presentes até 2014, surgindo a partir de 2015 e mantendo certa estabilidade. O grupo que apresentou queda foram os de ensino fundamental, que cresceram até 2015, mas depois contraíram para próximos ou inferiores a 2009.

Apesar de a industrialização possibilitar esse aumento na necessidade de um maior nível de educação, é necessário um programa de realocação da mão-de-obra de menor educação. Como já exposto, a UFC e IFCE em parceria com a CSP, produziram um conjunto de ações, cursos e capacitações para diminuir o impacto sobre esse público, porém para saber a efetividade, é necessário um estudo mais detalhado sobre o assunto.

4.1.2 – Massa Salarial e Remuneração Média.

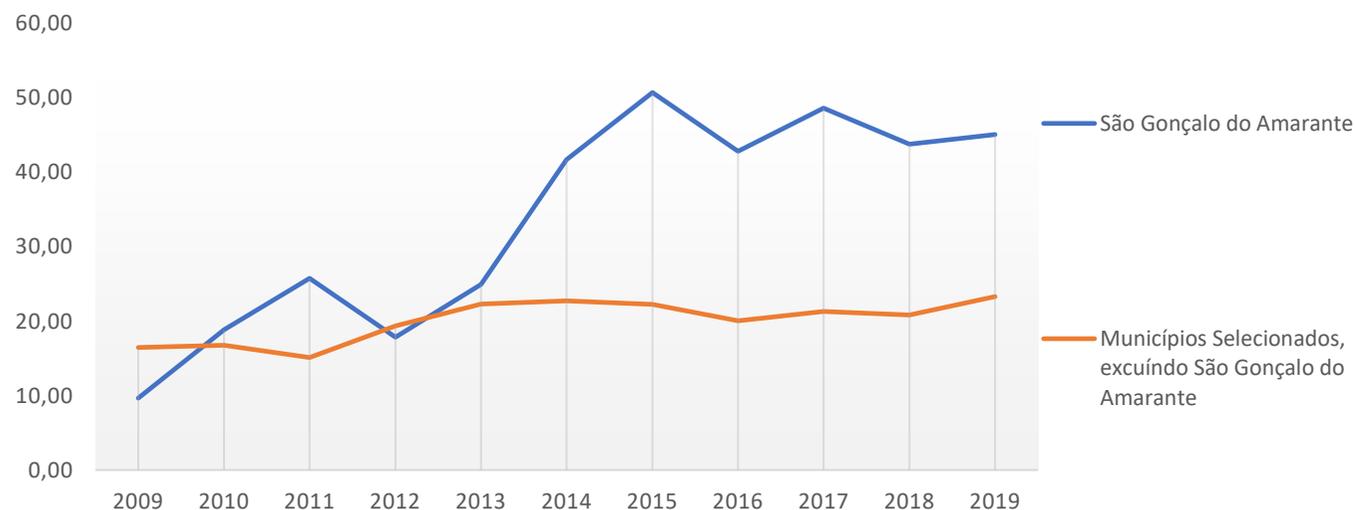
Massa salarial é o termo que denomina a soma de todos os salários pagos aos trabalhadores em um ano, e a renda média será obtida pela divisão da massa salarial pelo número de trabalhadores no respectivo ano. Ambos os dados foram disponibilizados pela RAIS 2019 para o período 2009-2019 e não são sensíveis a lucros e dividendos. Os valores foram atualizados para abril de 2021 utilizando IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), analisando na percepção da renda do consumidor. A tabela e gráficos a seguir apresentam a massa salarial de Fortaleza, SGA e Região em que o município está localizado a preços corrigidos.

Tabela 11 – Massa Salarial em Milhão de Reais (R\$) a Preços de Abril de 2021 – 2009 a 2019 – SGA, Fortaleza e Municípios Seleccionados

Municípios	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Varição 2019- 2009
Fortaleza	1.707,85	1.904,61	2.065,18	2.248,09	2.318,19	2.428,22	2.336,91	2.280,84	2.308,90	2.355,53	2.310,83	35%
São Gonçalo do Amarante	9,66	18,83	25,75	17,86	24,95	41,71	50,73	42,83	48,62	43,80	45,10	367%
Municípios Seleccionados, excluindo SGA	16,48	16,75	15,12	19,37	22,30	22,74	22,27	20,03	21,29	20,82	23,31	41%

Fonte – Produção própria com dados da RAIS 2019

Gráfico 03 – Massa Salarial em Milhão de Reais (R\$) a Preços de Abril de 2021 – 2009 a 2019 – São Gonçalo do Amarante e Municípios Seleccionados



Fonte – Produção própria com dados da RAIS 2019

O município de São Gonçalo apresentou constantes crescimentos de 2009 a 2015, elevando em mais de 425% a massa salarial disponível na cidade, enquanto a cidade de Fortaleza, capital do estado e utilizada como parâmetro de crescimento para municípios urbanos, elevou em 37% no mesmo período. Em números brutos, esse crescimento foi de quase R\$ 36 milhões. A soma dos municípios selecionados, excluindo a cidade de SGA, apresentou crescimento próximo o da capital, em média 35,2%.

Esse crescimento ocorre no mesmo período em que maior parte da CSP começa a operar no município, nesse sentido, não é incorreto avaliar a variação da massa salarial do município sendo, em grande parte, responsabilidade da companhia. Durante o período analisado, apenas a CSP, tanto em siderurgia quando em construção, apresentou um efetivo maior que mil funcionários no município, mostrando a sua participação neste indicador. Somente a CNAE de administração pública apresentou efetivo próximo, sendo possivelmente advindo da administração do Porto do Pecém.

Em 2016, todos os cortes geográficos contraíram, e permaneceram estáveis até 2019. Durante este período, o Brasil manifestou recessão em uma crise econômica e política, que se estende até o período corrente. Esse fato pode ser uma explicação para a redução da massa salarial, que contraiu 1,1 e 11,1% para Fortaleza e SGA, segundo mesma ordem. Para melhor avaliar, foi buscado a massa salarial advindo apenas das empresas com mais de 1000 funcionários no município, excluindo administração pública. No caso de Metalurgia (Divisão da CNAE que contém siderurgia), apenas uma empresa atendia o requisito, sendo assim auferido que esta é a CSP. A tabela 12 apresenta a Massa Salarial de 2014 a 2019 dos setores de Metalurgia e Construção em SGA.

Tabela 12 – Massa Salarial em Milhão de Reais (R\$) a Preços de Abril de 2021 para Empresas Acima de 1.000 Funcionários e CNAEs Selecionados – 2009 a 2019 – São Gonçalo do Amarante

CNAE 2.0 Divisão	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Metalurgia	-	15,09	20,61	18,14	15,62	15,05
Construção de Edifícios	4,77	5,45	-	-	-	-
Serviços Especializados para Construção	5,12	5,61	-	-	-	-

Fonte – Produção própria com dados da RAIS 2019

Em 2016, finalizou-se as principais obras de construção, permanecendo a operação da siderurgia, o que explica a forte queda ocorrida em 2016. Além disso, a renda disponibilizada a salários pela CSP recuou ano pós anos a partir de 2017. Essa queda pode ser explicada pela crise citada acima. Uma segunda hipótese é de uma maior captura em lucros e dividendos, diminuindo a parcela dada ao trabalhador da CSP. Esta percepção se ancora ao fato de, por não ter como cliente o mercado interno, uma crise nacional afetaria pouco a exportadora, assim como uma desvalorização cambial ocorrida durante o período (2019-2015) aumentaria os ganhos, em reais, da empresa no curto prazo. Em 2015 a média anual do dólar comercial foi de R\$ 3,33, enquanto em 2019 foi de R\$ 3,95 segundo Banco Central.

Caso o segundo cenário seja o mais próximo da verdade, retoma o debate sobre o papel do investimento estrangeiro e do mercado consumidor interno levantado por Prebisch. No primeiro ponto, receitas advindas da produção sairiam do país, diminuindo o impacto da industrialização na região, e o segundo em relação ao efeito transbordamento limitado nos outros setores da economia dado que o ganho de produtividade da indústria seria apenas sentido pela entrada de divisas nas exportações. Apesar disso, o fato de não estar vinculado ao mercado doméstico, evita o choque advindo de crises econômicas localizadas, permitindo uma fonte de renda e divisas apesar do contexto de crise.

Tabela 13 – Remuneração Média em Milhão de Reais (R\$) a Preços de Abril de 2021 – 2009 a 2019 – São Gonçalo do Amarante, Fortaleza, Municípios Seleccionados, Ceará e CSP

Municípios	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Variação 2019- 2009
Fortaleza	2.584,73	2.625,14	2.692,48	2.809,95	2.875,65	2.896,68	2.837,18	2.950,52	2.986,45	3.065,45	2.957,24	14%
São Gonçalo do Amarante	1.860,40	2.407,89	2.722,55	2.614,34	2.876,81	3.398,12	3.537,04	3.860,26	3.671,16	3.533,21	3.545,38	91%
CSP	-	-	-	-	-	-	6.547,87	7.856,32	6.883,25	6.441,41	5.970,39	-
Média dos Municípios Seleccionados excluindo SGA	1.194,47	1.327,07	1.427,03	1.568,08	1.673,60	1.734,90	1.690,49	1.667,44	1.656,40	1.760,39	1.793,50	50%
Ceará	2.082,17	2.127,08	2.229,82	2.309,38	2.361,41	2.420,33	2.383,25	2.452,28	2.492,88	2.525,78	2.450,31	18%

Fonte – Produção própria com dados da RAIS 2019

A remuneração média em SGA cresceu 91% entre 2019 e 2009, 73 p.p. acima da média cearense e 41 p.p. em relação aos municípios da sua região, conforme a tabela 13, que apresenta a remuneração média em milhões de reais para os anos de 2009 a 2019. Grande parte deste crescimento acontece entre 2009-2010 e 2013-2015. O elevado crescimento, em contraste aos outros cortes geográficos, pode ser atribuído à construção e operação da CSP, dado a necessidade de elevado grau técnico para operar grande parte das obras de infraestruturas, realizadas pelo estado do Ceará para auxiliar a companhia conforme acordado, assim como para a operação de máquinas e equipamentos da siderurgia.

Esta percepção corrobora com a visão de maiores salários da indústria apontado por Prebisch. A industrialização de uma região tem o potencial de elevar a renda média dos moradores via salário dado a maior especificidade do trabalho da indústria em contraste com o setor primário e o comércio, elevando o potencial de crescimento regional. A tabela 14 manifesta a remuneração média e participação da massa salarial entre os anos de 2009 e 2019 e sua variação a preços de 2021 em SGA.

O ponto central dessa argumentação prebischiniana pode ser resumido da seguinte maneira: na medida em que a indústria se apresenta como o setor com maior capacidade de absorção de progresso tecnológico, a consequência é que o índice de produtividade por trabalhador industrial é maior do que o índice de produtividade por trabalhador na agricultura. Sendo assim, teoricamente, a indústria pode se beneficiar de uma redução relativa em seus custos de produção e diminuir os preços finais dos seus produtos. Na sequência, criam-se as condições para que lucros e salários reais sejam aumentados, produzindo assim um aumento do padrão de vida da população. (AMARAL FILHO, 2018)

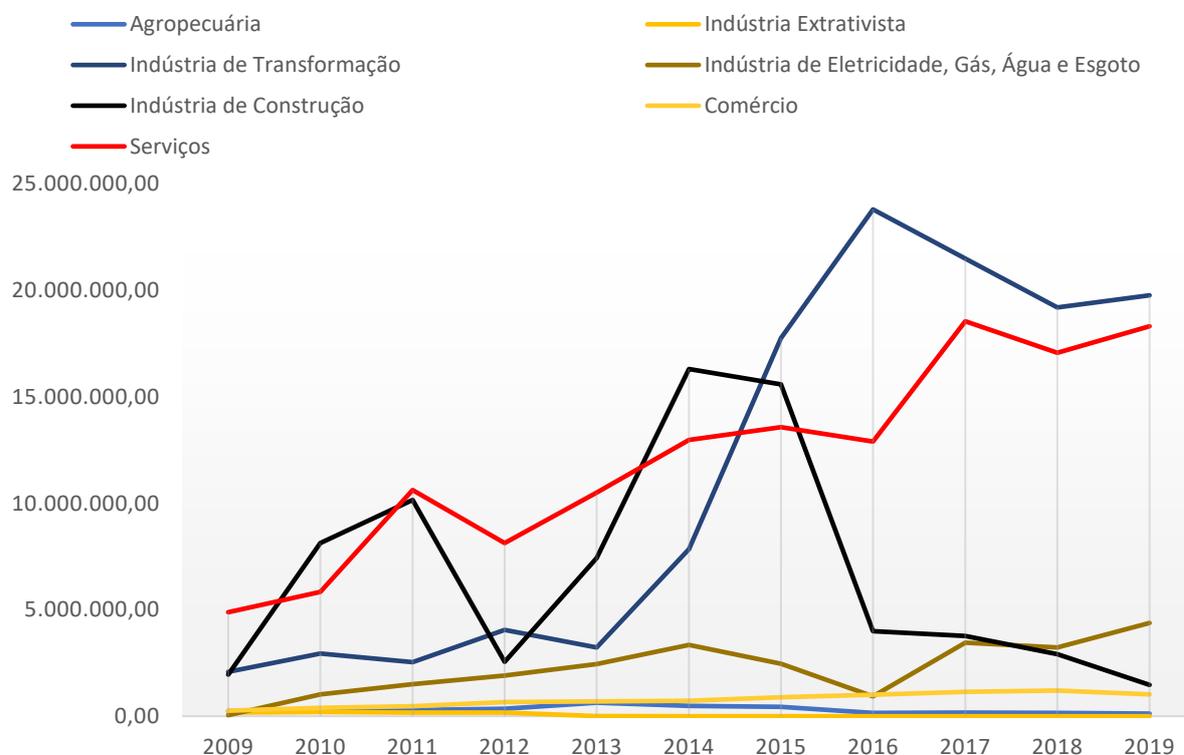
Tabela 14 – Remuneração Média de Reais (R\$) e Participação (%) da Massa Salarial a Preços de Abril de 2021 por Setor Econômico – 2009 a 2019 – São Gonçalo do Amarante

Setores	Indicador	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Variação 2019-2009
Agropecuária	Participação na Massa Salarial	2,6%	1,5%	1,1%	2,0%	2,6%	1,2%	0,9%	0,4%	0,4%	0,4%	0,3%	-2,3p.p.
	Remuneração Média	1.014,47	1.077,44	1.051,64	1.253,13	1.836,37	1.888,10	1.903,89	1.175,07	1.238,38	1.216,16	1.229,73	21,2%
Indústria Extrativista	Participação na Massa Salarial	1,7%	1,1%	0,7%	1,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	-1,7 p.p.
	Remuneração Média	6.154,73	5.428,71	5.491,81	5.258,50	534,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,0%
Indústria de Transformação	Participação na Massa Salarial	21,6%	15,6%	9,9%	22,7%	12,9%	18,8%	35,0%	55,6%	44,2%	43,9%	43,8%	22,2 p.p.
	Remuneração Média	2.257,59	2.197,43	2.372,50	4.110,47	3.070,77	5.746,55	5.111,60	6.223,22	5.723,66	5.158,38	4.531,44	100,7%
Indústria de Eletricidade, Gás, Água e Esgoto	Participação na Massa Salarial	0,5%	5,5%	5,8%	10,7%	9,8%	8,0%	4,9%	2,2%	7,1%	7,4%	9,7%	9,2 p.p.
	Remuneração Média	3.624,03	9.470,71	10.850,81	10.594,91	10.311,04	12.317,39	27.720,27	7.254,48	12.005,26	13.357,23	13.991,75	286,1%

Indústria de Construção	Participação na Massa Salarial	20,3%	43,2%	39,4%	14,3%	29,8%	39,1%	30,7%	9,3%	7,8%	6,6%	3,3%	-17,0 p.p.
	Remuneração Média	1.758,24	2.869,46	3.468,97	2.676,74	3.719,86	3.682,82	4.016,89	3.606,68	3.071,61	2.634,78	3.346,83	90,4%
Comércio	Participação na Massa Salarial	2,7%	2,1%	1,8%	3,7%	2,8%	1,8%	1,8%	2,4%	2,4%	2,8%	2,3%	-0,3 p.p.
	Remuneração Média	1.137,65	1.211,62	1.210,03	1.376,51	1.402,04	1.374,56	1.376,55	1.536,33	1.586,58	1.655,26	1.458,21	28,2%
Serviços	Participação na Massa Salarial	50,6%	31,0%	41,2%	45,5%	42,1%	31,1%	26,8%	30,1%	38,2%	39,0%	40,6%	-10,0%
	Remuneração Média	18.519,48	20.437,78	19.672,35	20.100,21	29.400,44	33.163,90	29.746,37	28.159,90	38.345,81	42.984,95	37.827,46	104,3%

Fonte – Produção própria com dados da RAIS 2019

Gráfico 04 – Massa Salarial em Reais (R\$) a Preços de Abril de 2021 por Setor– 2009 a 2019 – São Gonçalo do Amarante



Fonte – Produção própria com dados da RAIS 2019

Conforme gráfico e tabela 14, que contém a massa salarial de SGA por município, a indústria de transformação apresentou forte crescimento em valores monetários disponibilizados para os trabalhadores da região, superando serviços em 2015 e permanecendo superior até data mais recente. Ela cresceu 22 p.p. na sua participação na massa salarial do município, principalmente quando cresceu 36,8 p.p. em apenas dois anos (2014 a 2016), período de testes e início de operação da CSP.

A construção obteve elevado crescimento, contraindo a partir de 2016. Essa evolução renova o pensamento keynesiano de investimento em obras, no caso, privadas, como alavancador de crescimento econômico. Nas seções mais a frente, quando analisado o PIB regional e arrecadação, será possível observar o possível impacto deste período no crescimento local. O setor de comércio apresentou estabilidade, enquanto o setor de serviços diminuiu sua participação. Apesar disso, serviços continua com elevada contribuição na massa salarial, sendo a segunda mais elevada do município e perdendo participação, muito em função, da sua já elevada presença antes da instalação da siderúrgica.

4.1.3 – Comparação dos Empregos na cidade de SGA (CBO) e da Siderurgia no município em 2019 (CBO)

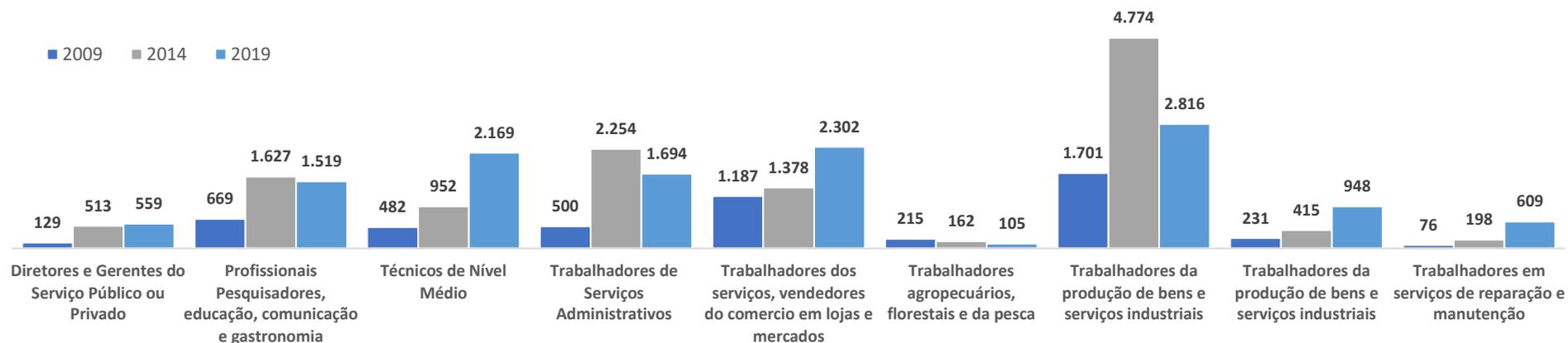
Os gráficos a seguir apresentarão o número de empregos e renda média por agrupamento de profissões, buscando entender a variação ocorrida na construção e operação da CSP. Os anos escolhidos foram 2009, 2014 e 2019 por apresentarem, respectivamente os três períodos citados anteriormente.

Conforme o gráfico 5, o município apresentou forte crescimento dos profissionais em áreas técnicas, como profissionais de pesquisa, serviços administrativos e trabalhadores da produção de bens e serviços industriais em 2014, período em que se iniciou a construção do parque industrial. Esses mesmos grandes grupos recuaram em 2019, ano de plena operação da empresa, porém em um nível superior ao registrado em 2009. O recuo entre 2019-2009 só foi sentido nos trabalhadores do setor primário, que já tinham baixa participação regional.

Analisando a renda paga para essas funções no gráfico 6, percebe-se um aumento em todas as médias salariais entre 2019 e 2009. Todavia, com exceção de Diretores e Gerentes, Técnicos de Nível Médio e Trabalhadores Industriais, todos os profissionais receberam mais, com valores corrigidos, em 2014, período em que a construção civil e infraestrutural prevaleceu na região, mostrando a força do setor em gerar renda, em consonância com os dados de emprego que apresentaram 4.429 trabalhadores neste ano.

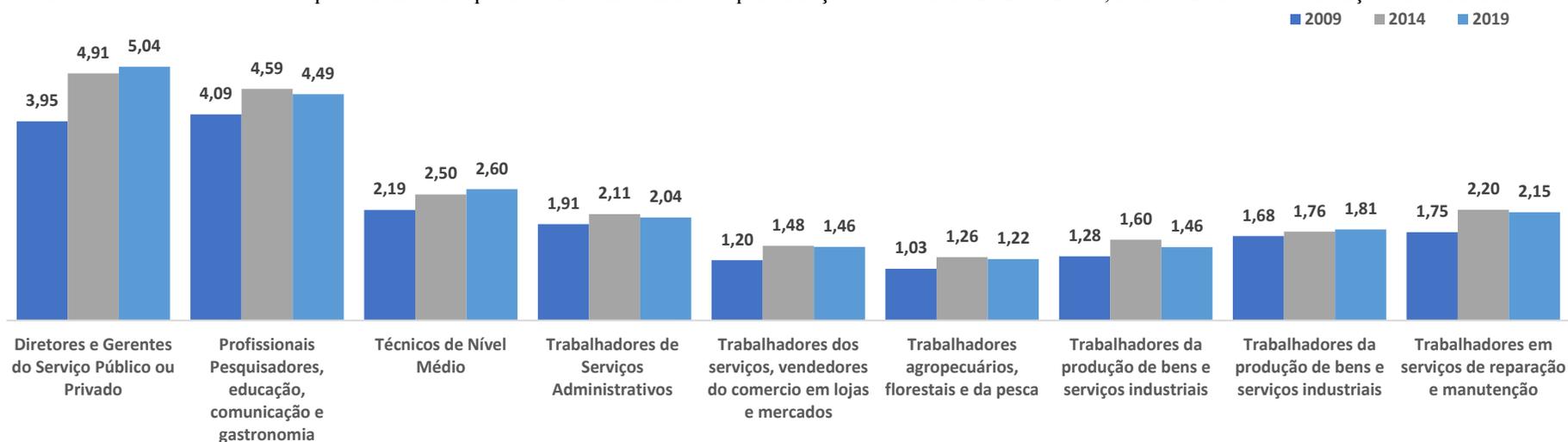
É importante lembrar que o índice utilizado para corrigir os valores (IPCA) não registra a variação de preços em todos os municípios, desta forma não sentindo um aumento de preço localizados no município de SGA. Todavia, por sua proximidade a capital do estado, é possível avaliar que um aumento de preços mais elevado nos municípios seria neutralizado pela concorrência do comércio dos municípios próximos e da própria grande Fortaleza. Desta forma, aliado à renda dos setores exposta anteriormente, é possível perceber um aumento real da renda do município em quase todos os setores e empregos da região. Outro ponto relevante é que esses dados não computam ganhos com lucros e dividendos, logo os salários divulgados de diretores são apenas em *prolabore*.

Gráfico 05 – Número de Trabalhadores Por Grande Grupo da CBO – 2009, 2014 e 2019 – São Gonçalo do Amarante



Fonte – Produção própria com dados da RAIS 2019

Gráfico 06 – Renda Média por Grande Grupo da CBO em Mil Reais para Preços de Abril de 2021 – 2009, 2014 e 2019 – São Gonçalo do Amarante



Fonte – Produção própria com dados da RAIS 2019

A tabela 15 manifesta a participação no número de vínculos, renda média e a participação na massa salarial da CBO a preços corrigidos para Abril de 2021 para os anos de 2009 e 2019.

Analisando a participação no Número de Vínculos e Renda Total, percebe-se, por meio da tabela 13, o crescimento de Técnicos de Nível Médio no período analisado, ao passo que trabalhadores da produção de bens e serviços industriais caiu, podendo indicar uma mudança na mão-de-obra necessária no município. Com a siderurgia e o crescimento do fluxo no porto, o nível técnico demandado se elevou, alterando significativamente essas duas classificações. Isso corrobora com os esforços reunidos pelo governo do estado, instituições de ensino e a própria companhia em criar cursos técnicos e de nível superior no período de construção, preparando o capital humano necessário para a operação.

Isso se torna mais claro analisando a composição de empregados da própria CSP na tabela 14 para o ano de 2019, que contém a renda, salário médio e número de funcionários da Companhia em 2019 a preços corrigidos, na qual a principal atividade em número de funcionários e renda total paga foi de técnicos de nível médio, principalmente técnicos das ciências exatas. Além disso, os salários empregados para os trabalhadores da produção industrial são muito acima da média do município, mostrando o elevado impacto.

Os salários, em geral, foram superiores à média de SGA, relevante o que a indústria de escala oferece em renda para as suas regiões, transbordando os ganhos capitalistas e tornando-se uma eficiente política de desenvolvimento regional.

Tabela 15 – Participação no Número de Vínculos (%), Renda Média (R\$) a Preços de Abril de 2021 e Participação na Massa Salarial (%) – 2009 – Ceará e SGA

CBO (Grandes Grupos)	2009			2019		
	Participação no Número de Vínculos	Renda Média	Participação Renda Total	Participação no Número de Vínculos	Renda Média	Participação Renda Total
Diretores e Gerentes do Serviço Público ou Privado	2,5%	3.952,34	7,2%	4,4%	5.039,38	13,9%
Profissionais Pesquisadores, educação, comunicação e gastronomia	12,9%	4.089,03	19,1%	11,9%	4.492,17	19,4%
Técnicos de Nível Médio	9,3%	2.193,92	13,9%	17,1%	2.604,65	21,6%
Trabalhadores de Serviços Administrativos (Escriturários e trabalhadores de atendimento ao público)	9,6%	1.910,65	9,8%	13,3%	2.043,34	8,0%
Trabalhadores dos serviços, vendedores do comercio em lojas e mercados	22,9%	1.196,10	16,1%	18,1%	1.460,69	7,6%
Trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca	4,1%	1.027,49	2,1%	0,8%	1.220,46	0,3%
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	32,8%	1.275,86	26,9%	22,1%	1.457,91	14,5%
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	4,5%	1.676,48	3,2%	7,5%	1.808,76	8,9%

Trabalhadores em serviços de reparação e manutenção	1,5%	1.754,71	1,6%	4,8%	2.146,65	5,7%
{ñ class}	0,0%	7.335,28	0,0%	0,0%	5.828,98	0,0%
Total	5.190	2.082,17	100,0%	12.721	2.450,31	100,0%

Fonte – Produção própria com dados da RAIS 2019

Tabela 16 – Renda, Número de Funcionários e Salário Médio por Principais Grupos da CBO em Reais a Preços de Abril de 2021 da CSP – 2019

	CBO 2002 Princ Subgrupo	Total de Renda Paga	Número de Funcionários	Salário Médio
Membros Superiores do Poder Público, Dirigentes de Organizações de Interesse Público	Dirigentes De Empresas E Organizações (Exceto De Interesse Público)	143.722,77	4	35.930,69
	Diretores E Gerentes Em Empresa De Serviços De Saúde, Da Educação, Ou De Serviços Cultura	29.321,60	1	29.321,60
	Gerentes	2.644.604,02	163	16.224,56
Profissionais das Ciência e Das Artes	Pesquisadores E Profissionais Poli científicos	81.720,03	7	11.674,29
	Profissionais Das Ciências Exatas, Físicas E Da Engenharia	2.051.657,37	209	9.816,54
	Profissionais Das Ciências Biológicas, Da Saúde E Afins	19.475,03	2	9.737,51
	Profissionais Das Ciências Jurídicas	75.258,42	5	15.051,68
	Profissionais Das Ciências Sociais E Humanas	831.123,25	111	7.487,60
	Comunicadores, Artistas E Religiosos	61.226,01	9	6.802,89
Técnicos de Nível Médio	Técnicos Polivalentes	112.145,63	29	3.867,09
	Técnicos De Nível Médio Das Ciências Físicas, Químicas, Engenharia	2.760.640,70	586	4.710,99
	Técnicos De Nível Médio Das Ciências Biológicas, Bioquímicas, Da Saúde E Afins	5.094,00	2	2.547,00
	Técnicos De Nível Médio Em Serviços De Transportes	19.000,34	6	3.166,72
	Técnicos De Nível Médio Nas Ciências Administrativas	635.256,64	88	7.218,83
	Outros Técnicos De Nível Médio	302.563,43	91	3.324,87

Trabalhadores de Serviços Administrativos	Escrituraria	385.572,56	190	2.029,33
	Trabalhadores Da Transformação De Metais E De Compósitos	384.358,49	138	2.785,21
	Trabalhadores De Funções Transversais	455.293,23	202	2.253,93
Trabalhadores da Produção de Bens e Serviços Industriais	Trabalhadores Em Indústrias De Processos Contínuos E Outras Indústrias	340.560,55	117	2.910,77
	Trabalhadores De Instalações Siderúrgicas E De Materiais De Construção	1.123.199,85	271	4.144,65
	Operadores De Produção, Captação, Tratamento E Distribuição (Energia, Água E Utilidade)	860.355,00	216	3.983,13
Trabalhadores em Serviços de Reparações e Manutenção	Trabalhadores Em Serviços De Reparação E Manutenção Mecânica	246.293,12	37	6.656,57
	Poli mantenedores	333.681,37	36	9.268,93
	Total	13.902.123,41	2520	5.516,72

Fonte – Produção própria com dados da RAIS 2019

4.2 – Produção Interna do Município

Os dados utilizados para a análise da produção e impostos foram retirados do Sistema de Contas Regionais (IBGE) de 2009 a 2018, da Pesquisa Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (IBGE), com o objetivo de analisar o impacto da Instalação da CSP no Município de SGA. Os dados foram corrigidos para 2018 por meio do deflator implícito do PIB do IBGE. Os indicadores serão:

- Produto Interno Bruto
- Valor Adicionado

4.2.1 – Produção e Arrecadação de Impostos

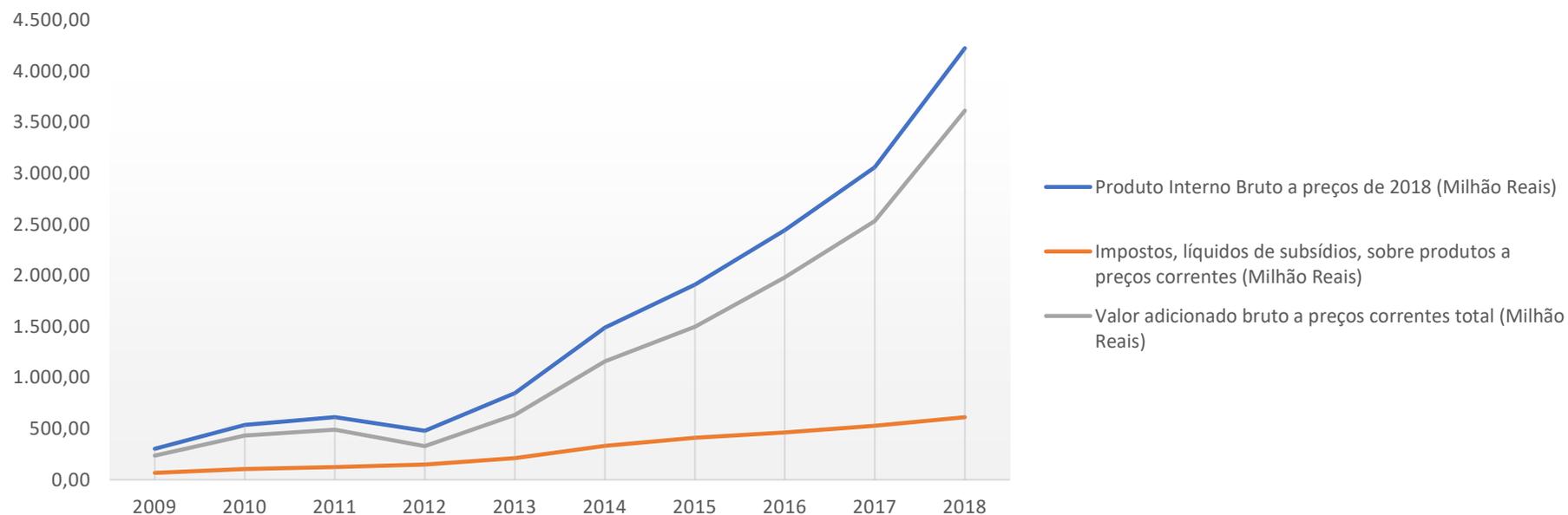
A tabela e gráfico abaixo mostram a Produção Bruta do Município de SGA, assim como suas partes, manifestando o elevado crescimento do município nesses dez anos. A partir de 2013, os saltos significativamente grandes, principalmente entre 2013 e 2014, ano de início da construção da companhia, e 2016 e 2017, início de sua operação plena, lembrando que parte do ano de 2016 foi disponibilizado para o aquecimento do alto forno. O crescimento 2018-2009 foi de 1.297% em SGA, em contraste aos 87% do Brasil a preços corrigidos. Esse crescimento foi principalmente no valor adicionado (1.433%), mas também sentido nos impostos líquidos de subsídios (816%).

Tabela 17 – Produto Interno Bruto a Preços de 2018 – 2009 a 2018 em Milhão de Reais – São Gonçalo do Amarante

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Produto Interno Bruto a preços de 2018	302,43	537,30	613,82	477,65	846,21	1.490,40	1.908,78	2.442,78	3.060,39	4.225,07
Impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos a preços correntes	66,77	105,42	124,90	148,21	210,87	331,32	410,52	463,00	528,21	611,67
Valor adicionado bruto a preços correntes total	235,65	431,88	488,91	329,44	635,34	1.159,08	1.498,25	1.979,78	2.532,18	3.613,40

Fonte – Produção própria com dados do Sistema de Contas Regionais (IBGE)

Gráfico 07 – Produto Interno Bruto a Preços de 2018 – 2009 a 2018 em Milhão de Reais – São Gonçalo do Amarante



Fonte – Produção própria com dados do Sistema de Contas Regionais (IBGE)

4.2.2 – Valor Adicionado

O Valor Adicionado Bruto (VA) é a diferença entre a produção total e o consumo intermediário (SIMONSEN; CISNE, 1995, p. 130) e quando dividido por setor, é possível identificar a sua importância para a economia local. Conforme tabela abaixo, o setor de serviços era, até 2013, a principal fonte da economia de SGA, principalmente por causa das atividades portuárias. Todavia, a partir de 2014, há uma ultrapassagem da indústria, assumindo um protagonismo no município e participando de quase 68% do VA em 2019. Isso significa um crescimento de 5.204,8% em 10 anos.

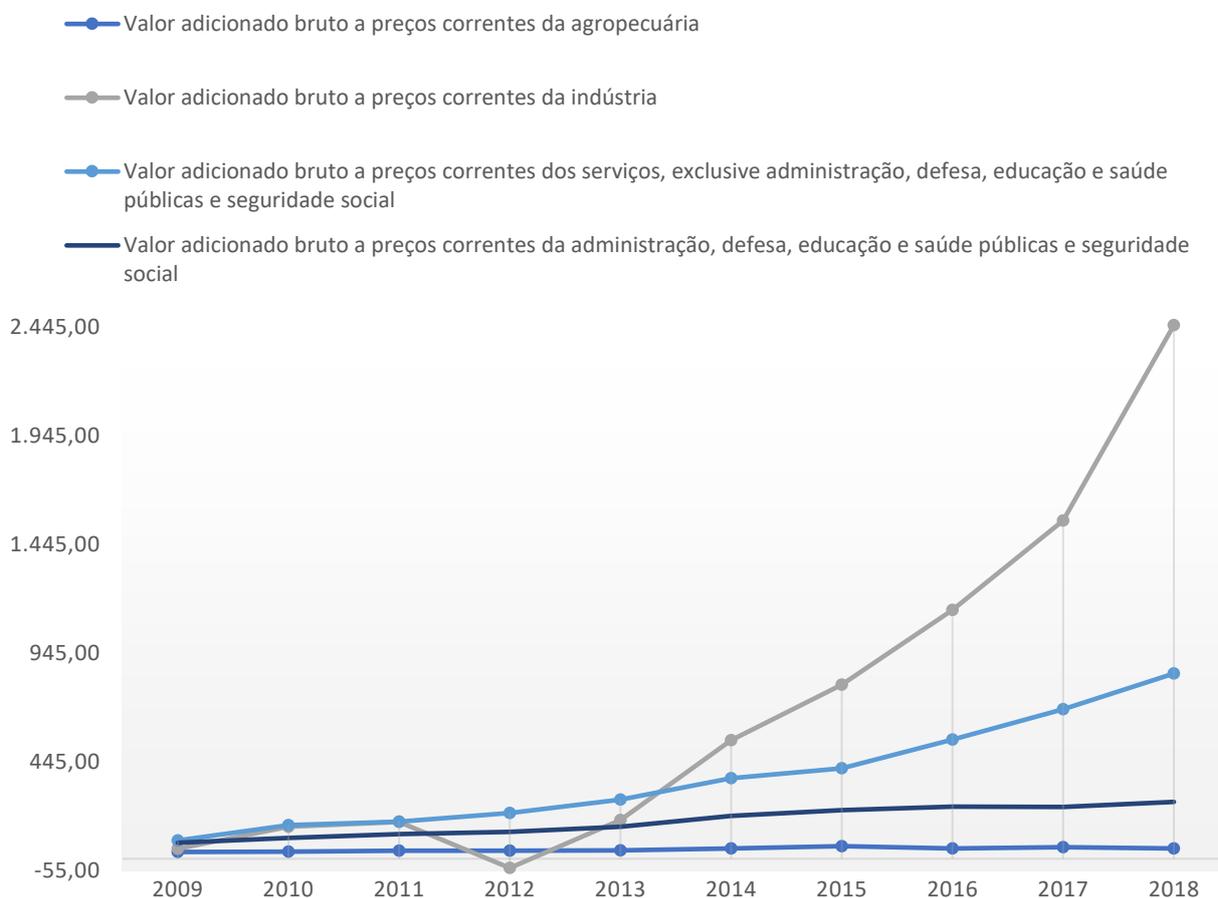
Fato curioso é o resultado negativo da indústria em 2012 em R\$ 42,2 milhões. Possivelmente, ano em que foram efetuados os primeiros investimentos para a siderurgia na compra de máquinas e equipamentos. Todavia, não há informações suficientes para confirmar tal hipótese. A tabela a seguir conta com o valor adicionado por setor da economia a preços de 2018 para SGA.

Tabela 18 – Valor Adicionado por Setor da Economia a Preços de 2018 em Milhão de Reais (R\$) – 2009 a 2018 – São Gonçalo do Amarante

Milhão de Reais	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Valor adicionado da agropecuária	31,33	33,23	36,48	37,23	38,75	47,01	58,11	47,17	52,72	47,06
Valor adicionado bruto da indústria	46,22	146,97	168,75	-42,15	177,68	544,61	800,09	1.144,22	1.554,13	2.453,30
Valor adicionado dos serviços	84,39	155,17	170,58	210,03	271,90	370,78	416,33	547,94	687,18	851,55
Valor adicionado bruto a preços correntes da administração pública	73,71	96,51	113,10	124,33	147,01	196,68	223,71	240,44	238,15	261,48

Fonte – Produção própria com dados do Sistema de Contas Regionais (IBGE)

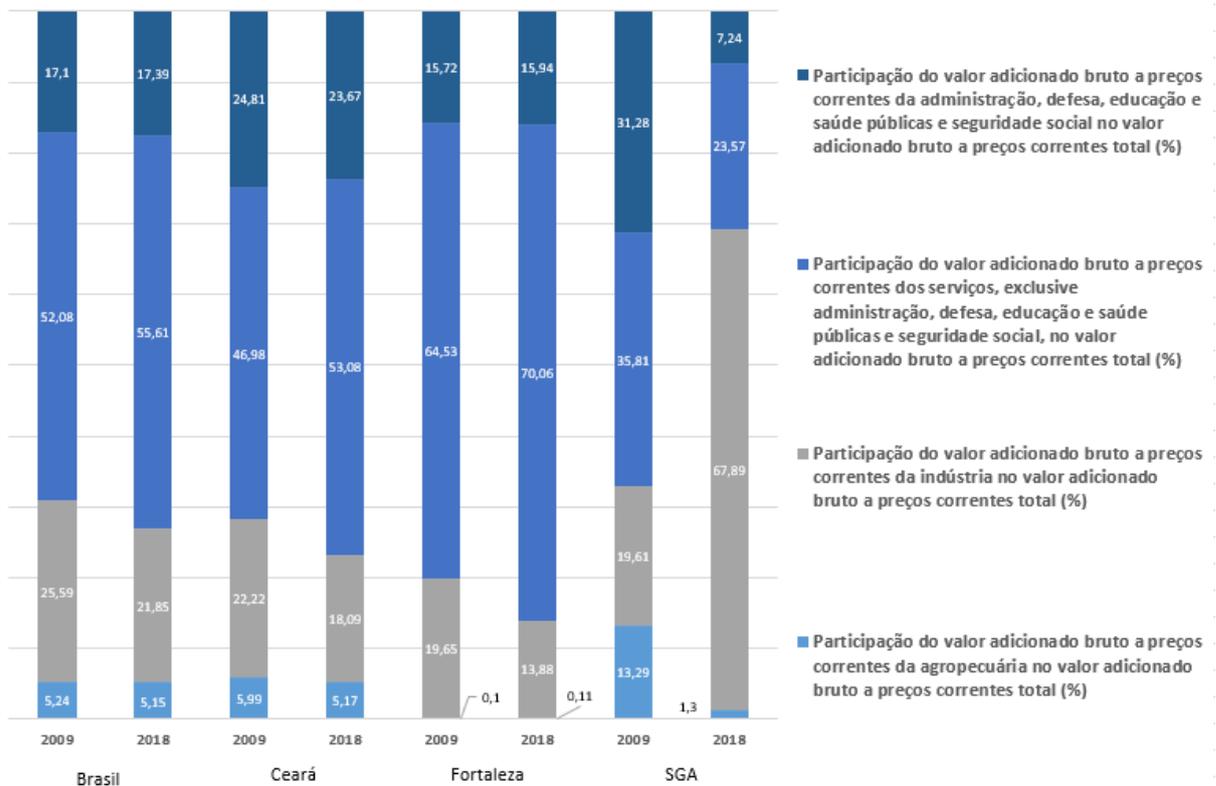
Gráfico 08 – Valor Adicionado por Setor da Economia a Preços de 2018 em Milhão de Reais (R\$) – 2009 a 2018 – São Gonçalo do Amarante



Fonte – Produção própria com dados do Sistema de Contas Regionais (IBGE)

Analisando a participação dos setores no valor adicionado total e comparando São Gonçalo do Amarante com outros cortes regionais, percebe-se um caminho contrário ao processo de desindustrialização notada no país, Ceará e Fortaleza. O município, com a entrada da companhia, passou de 19,6 para 67,9% em participação do valor adicionado da indústria, ao passo que todos os outros setores contraíram entre 2009 e 2018. Em números brutos, todos contribuíram para o crescimento do PIB, porém com serviços e indústria crescendo a um nível superior, com os serviços da CSP e Porto do Pecém. Os dados citados constam no gráfico abaixo, que apresenta a participação do valor adicionado por setor da economia para Brasil, Ceará, Fortaleza e SGA entre 2009 e 2018.

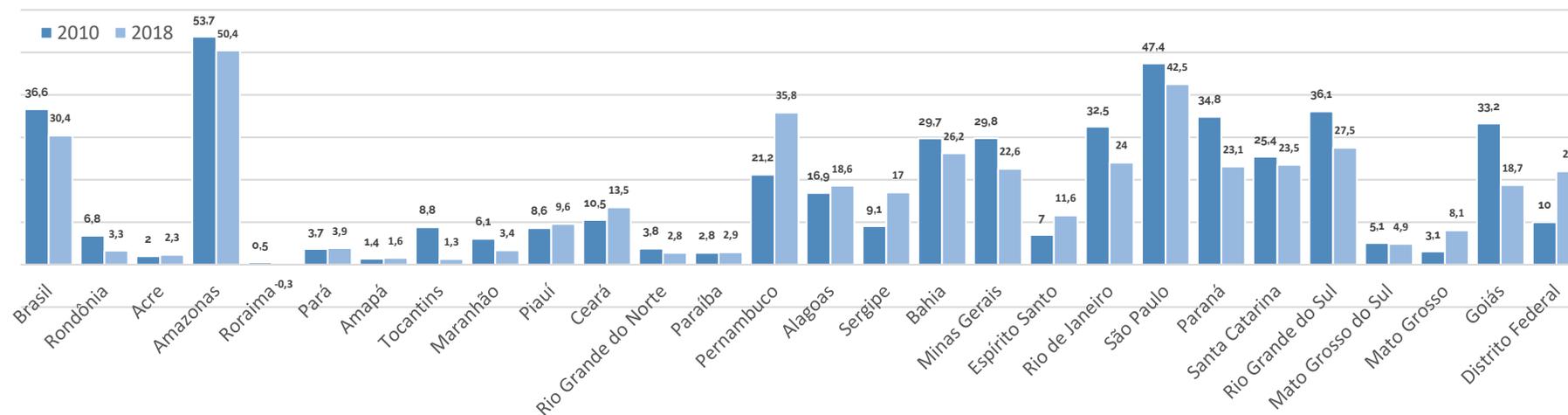
Gráfico 09 – Participação (%) do Valor Adicionado dos Setores da Economia – 2009 a 2018 – Brasil, Ceará, Fortaleza e São Gonçalo do Amarante



Fonte – Produção própria com dados do Sistema de Contas Regionais (IBGE)

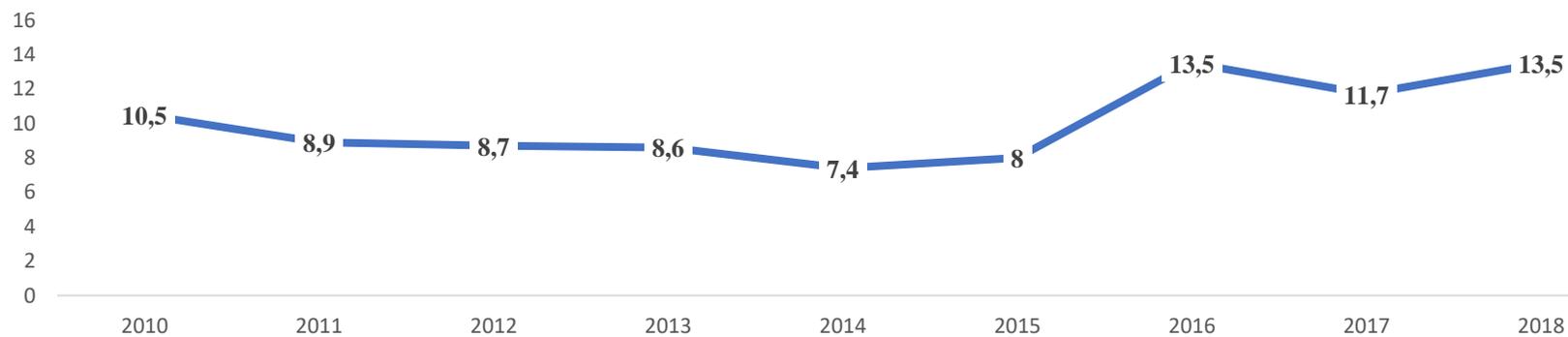
Os gráficos abaixo manifestam a participação no valor adicionado dos produtos de média e alta intensidade tecnológica. Conforme a classificação da OCDE, as atividades da metalurgia são definidas como de média ou baixa intensidade (MORCEIRO, 2018, p. 198), dessa forma, a siderurgia impactará minimamente na evolução da complexidade econômica do Ceará. Em 2018, o Ceará apresentou uma evolução de 3,0 p.p. em comparação a 2018, sendo, ao lado de Pernambuco, Distrito Federal, Alagoas e Sergipe, os únicos estados entre os quinze com maior participação que apresentaram crescimento deste indicador. Entretanto, o Ceará caiu duas posições no *ranking*, ficando em 14º no último ano avaliado.

Gráfico 10 – Participação (%) do valor adicionado nas indústrias de média e alta intensidade tecnológica no V.A total – 2010 e 2018 – Estados Brasileiros



Fonte – Produção própria com dados da Pesquisa Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (IBGE)

Gráfico 11 – Participação (%) do valor adicionado nas indústrias de média e alta intensidade tecnológica no valor adicionado total – 2010 a 2018 – Ceará



Fonte – Produção própria com dados da Pesquisa Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (IBGE)

4.3 – Comércio Internacional

Os dados de comércio exterior foram retirados da plataforma COMEX STAT do ministério da economia de 2009 a 2019. Os dados foram atualizados para 2019 utilizando o Índice de preço de exportação e importação para uso final do BEA (Escritório de Análise Econômica dos Estados Unidos), para todas as *commodities*, média anual. A análise será a partir dos dados de:

- Exportação
- Importação
- Balança Comercial

4.3.1 – Exportações

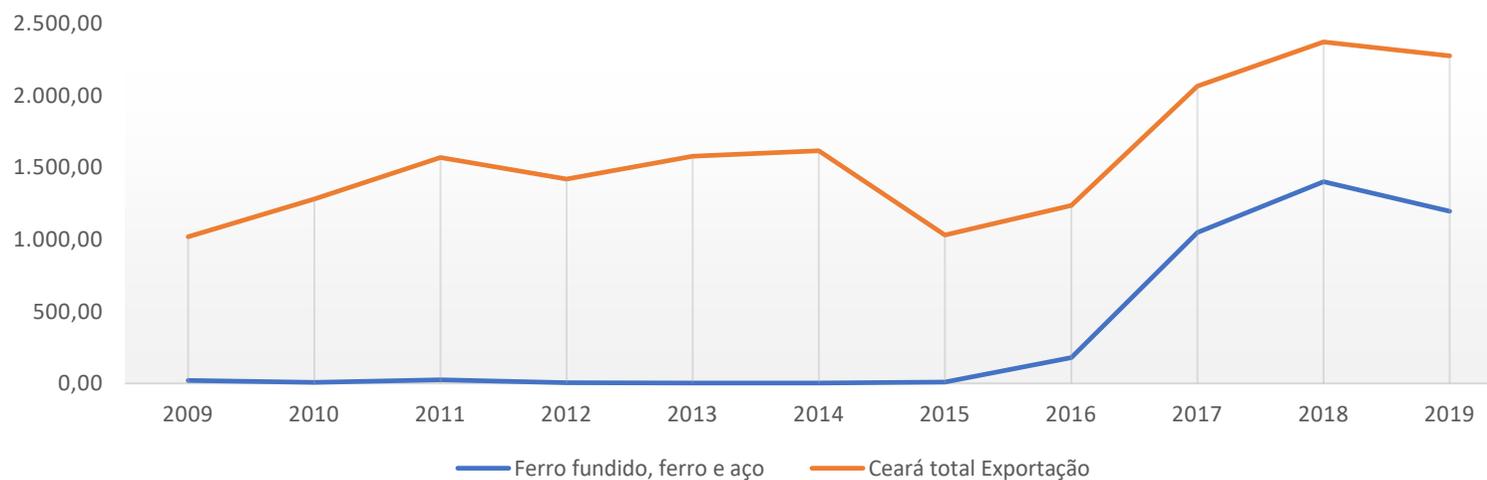
O comércio exterior é o espectro mais afetado pela instalação da companhia no estado, dado a sua premissa de estar vinculada as grandes cadeias de produção mundial. A tabela e gráfico abaixo contém as exportações totais de aço a preços de 2019 em milhões de dólares entre 2009 e 2019 para o Ceará.

Tabela 19 – Exportações (SH2) Totais e de Aço a Preços de 2019 em Milhão de Dólares (US\$) – 2009 a 2019 – Ceará

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Ferro fundido, ferro e aço	19,59	7,63	25,78	5,19	3,16	2,47	9,24	180,15	1.048,00	1.401,20	1.195,76
Ceará total Exportação	1.018,64	1.280,29	1.569,42	1.419,89	1.577,22	1.615,39	1.031,00	1.235,16	2.064,59	2.372,25	2.275,19
Participação	1,9%	0,6%	1,6%	0,4%	0,2%	0,2%	0,9%	14,6%	50,8%	59,1%	52,6%

Fonte – Produção própria com dados do Ministério da Economia (ComexStat)

Gráfico 12 – Exportações (SH2) Totais e de Aço a Preços de 2019 em Milhão de Dólares (US\$) – 2009 a 2019 – Ceará



Fonte – Produção própria com dados do Ministério da Economia (ComexStat)

Os dados mostram a mudança no nível das exportações após o início da operação da CSP no Ceará. A partir de 2015, a variação nas exportações de aço, guiaram as variações nas exportações totais do estado, dado, a participação superior a 50% desse produto. O crescimento foi constante entre 2016 e 2018, como pequeno recuo em 2019, enquanto, conforme a tabela 10, a queda na massa salarial foi constante nos anos de 2017 e 2018. Dessa forma, é possível supor que parte dessa elevação nas exportações não foram repassadas para os trabalhadores.

O quadro abaixo, que apresenta os cinco principais produtos exportados por ano e sua participação entre 2009 e 2019. É notável a participação de produtos de baixa intensidade, dado a própria formação econômica da região, fortalecendo a percepção de Furtado sobre a posição periférica da região nordestina dentro do país. A instalação da CSP, além do impacto social, garante um processo de industrialização e mudança na participação do estado no comércio internacional.

Quadro 02 – Principais Produtos (SH2) Exportados Por Ano e Sua Participação (%) – 2009 a 2019 – Ceará

2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Calçados, semelhantes e suas partes (27%)	Calçados, semelhantes e suas partes (31%)	Calçados, semelhantes e suas partes (26%)	Calçados, semelhantes e suas partes (26%)	Calçados, semelhantes e suas partes (22%)	Combustíveis minerais, (24%)	Calçados, semelhantes e suas partes (27%)	Calçados, semelhantes e suas partes (22%)	Ferro fundido, ferro e aço (50%)	Ferro fundido, ferro e aço (59%)	Ferro fundido, ferro e aço (52%)
Frutas e suas partes (27%)	Frutas e suas partes (22%)	Frutas e suas partes (19%)	Frutas e suas partes (20%)	Combustíveis minerais, (17%)	Calçados, semelhantes e suas partes (21%)	Frutas e suas partes (19%)	Frutas e suas partes (15%)	Calçados, semelhantes e suas partes (14%)	Calçados, semelhantes e suas partes (11%)	Calçados, semelhantes e suas partes (10%)
Peles, exceto as peles com pelo, e couros (11%)	Peles, exceto as peles com pelo, e couros (12%)	Peles, exceto as peles com pelo, e couros (13%)	Peles, exceto as peles com pelo, e couros (16%)	Frutas e suas partes (15%)	Peles, exceto as peles com pelo, e couros (14%)	Peles, exceto as peles com pelo, e couros (15%)	Ferro fundido, ferro e aço (14%)	Frutas e suas partes (7%)	Frutas e suas partes (7%)	Máquinas, aparelhos e materiais elétricos e suas partes. (8%)
Algodão (5%)	Algodão (5%)	Algodão (6%)	Algodão (5%)	Peles, exceto as peles com pelo, e couros (13%)	Frutas e suas partes (13%)	Gorduras e óleos animais ou vegetais (6%)	Peles, exceto as peles com pelo, e couros (11%)	Peles, exceto as peles com pelo, e couros (5%)	Peles, exceto as peles com pelo, e couros (3%)	Frutas e suas partes (7%)
Peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos (3%)	Peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos (5%)	Combustíveis minerais, (5%)	Gorduras e óleos animais ou vegetais (5%)	Algodão (3%)	Gorduras e óleos animais ou vegetais (4%)	Preparações de produtos hortícolas, de frutas ou de outras partes de plantas (4%)	Preparações de produtos hortícolas, de frutas ou de outras partes de plantas (5%)	Preparações de produtos hortícolas, de frutas ou de outras partes de plantas (3%)	Máquinas, aparelhos e materiais elétricos e suas partes. (2%)	Peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos (3%)

Fonte – Produção própria com dados do Ministério da Economia (ComexStat)

A tabela abaixo expõe os principais destinos da exportação do aço cearense entre 2017, primeiro ano de operação plena da companhia e 2019 com valores corrigidos. Os três principais clientes cearenses foram os Estados Unidos, México e a Coréia do Sul em 2019, sendo os dois primeiros geograficamente próximos do Ceará e o terceiro, país de origem de duas empresas acionistas da companhia. Esses três destinos são, também, a localidade das subsidiárias das empresas proprietárias da CSP (Posco na Pensilvânia e Dongkuk em Nuevo León), configurando a atividade da companhia não somente intraindústria, como também intrafirma (73%), não estando, de fato, ligado as grandes cadeias globais, mas participando de uma cadeia de suas multinacionais. Além desses, Turquia e Itália se apresentam como grandes destinos.

Tabela 20 – Principais Clientes das Exportações de Ferro em 2019 e Aço, Preços de 2019, em Milhão de Dólares (US\$) – 2017 a 2019 – Ceará

Países	2017	2018	2019
Estados Unidos	151,43	559,83	593,35
México	249,30	125,70	157,38
Coreia do Sul	86,78	177,01	126,52
Itália	61,85	11,03	85,86
Turquia	184,20	144,41	63,77
Tcheca, República	28,97	28,51	54,37
Canadá	23,97	58,85	31,12
Polônia	16,73	54,94	25,08
Bélgica	4,71	0,58	21,28
Peru	19,32	14,56	15,42
Outros	220,73	225,77	21,61
Total	1.048,00	1.401,20	1.195,76

Fonte – Produção própria com dados do Ministério da Economia (ComexStat)

Por fim, a tabela 21 manifesta os principais estados exportadores de aço, de 2016 a 2019, e a variação durante esse período em milhão de dólares, a preços corrigidos. O Ceará não tinha participação significativa até 2017, quando a CSP está em operação plena e durante todo o ano, assumindo, em 2019, a posição de 4º principal estado exportador do país, com 10,9% da produção brasileira.

Tabela 21 – Principais Estados Exportadores de Aço em 2019 a Preços de 2019 em Milhão de Dólares (US\$) – 2016 a 2019 – Brasil

Estados	2016	2017	2018	2019	Variação
Minas Gerais	2.635,63	3.255,82	3.473,627	3.875,32	47,0%
Rio de Janeiro	1.445,89	2.077,95	2.441,669	1.862,70	28,8%
Espírito Santo	1.387,04	1.959,00	2.126,776	1.654,63	19,3%
Ceará	180,15	1.048,00	1.401,196	1.195,76	563,8%
São Paulo	610,48	727,11	808,6851	787,96	29,1%
Goiás	484,98	552,03	660,4523	683,36	40,9%
Pará	209,78	224,18	277,5189	160,70	-23,4%
Maranhão	185,99	207,44	157,4791	159,02	-14,5%
Bahia	124,30	127,72	140,4147	152,00	22,3%
Rio Grande do Sul	53,01	89,28	128,6245	101,21	90,9%
Outros	214,28	300,31	315,842	321,62	50,1%
Total	7.531,52	10.568,84	11.932,29	10.954,27	45,4%

Fonte – Produção própria com dados do Ministério da Economia (ComexStat)

4.3.2 – Importação

Além da mudança nas exportações, há uma expectativa em uma mudança na configuração da importação, dado, a necessidade de compra dos insumos necessários para a CSP. Abaixo, a tabela demonstra os principais produtos importados em 2019, a preços do mesmo ano, em milhão de dólares, de 2009 a 2019 no Ceará.

Tabela 22 – Principais Produtos Importados em 2019, a Preços de 2019, em Milhão de Dólares (US\$) e sua Variação (%) – 2009 a 2019 – Ceará

Produtos	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Variação 2019-2009
Combustíveis minerais	99,20	386,28	365,78	417,95	812,52	672,20	909,65	472,09	846,15	991,97	896,73	804%
Cereais	125,28	192,65	281,78	246,29	355,13	208,23	188,12	209,14	203,37	232,21	220,43	76%
Ferro fundido, ferro e aço	180,82	491,37	382,52	402,37	524,96	368,56	234,75	53,57	90,90	155,74	169,66	-6%
Produtos químicos orgânicos	50,78	52,63	63,35	88,29	157,68	185,98	135,87	117,27	135,66	194,50	167,38	230%
Reatores nucleares, caldeiras, máquinas.	103,77	248,00	275,92	551,45	371,07	347,91	234,88	1.607,08	173,59	159,52	141,13	36%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	168,85	132,68	196,64	333,70	205,90	175,18	157,98	317,61	107,00	186,83	135,71	-20%
Plásticos e suas obras	26,20	56,77	67,77	68,52	92,84	93,44	66,57	55,67	64,96	63,75	81,40	211%
Produtos diversos das indústrias químicas	37,45	18,92	19,20	43,35	38,06	40,35	17,23	26,94	42,91	49,28	52,22	39%
Filamentos sintéticos ou artificiais	19,65	35,13	32,60	37,53	41,06	51,61	41,59	36,67	39,68	47,29	43,75	123%
Fibras sintéticas ou artificiais	75,49	75,95	61,70	89,48	68,67	54,92	50,00	39,28	28,18	30,32	30,21	-60%
Minérios, escórias e cinzas	0,00	1,21	0,99	1,86	2,42	7,31	4,06	0,00	0,00	0,00	29,74	-
Gorduras e óleos animais ou vegetais	22,55	22,01	69,31	77,11	76,04	62,46	50,29	51,01	61,07	51,75	26,58	18%
Instrumentos e aparelhos de óptica, de medida, de controle ou de precisão;	22,87	27,33	41,93	43,67	38,44	30,98	23,52	16,35	20,82	22,57	26,08	14%
Obras de pedra, gesso, cimento, amianto	1,63	2,53	2,98	30,23	12,09	10,16	9,97	11,55	20,68	19,56	24,93	1433%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	22,59	25,85	43,12	75,07	124,99	213,82	61,74	45,20	19,45	12,98	24,64	9%
Outros	186,69	368,55	634,02	547,03	571,75	644,10	445,92	266,79	336,80	337,60	286,94	54%
Total	1.143,82	2.137,85	2.539,59	3.053,90	3.493,62	3.167,20	2.632,13	3.326,22	2.191,23	2.555,86	2.357,54	106%

Fonte – Produção própria com dados do Ministério da Economia (ComexStat)

Como um todo, as importações cresceram em 106% no período analisado com valores corrigidos, tanto em produtos minerais, matéria-prima para o aço, quanto nos combustíveis, mostrando a vinculação na cadeia global de produção do aço realizada pela CSP. Além disso, é importante observar o elevado valor, em 2016, na compra de reatores e máquinas e equipamentos, ano em que foi finalizado o processo de construção da companhia.

4.3.3 – Balança Comercial e Grau de Abertura Econômica

A tabela abaixo apresenta os dados de exportação e importação total, exportação de ferro e aço e o saldo comercial do estado do Ceará, entre 2009 e 2019, a preços corrigidos. Um dos pontos mais relevantes para Prebisch para a produção da América-Latina era a sua especialização nos setores primários, como no caso cearense, o algodão e as frutas, porém podendo ampliar a indústria de baixa intensidade tecnológica ou valor agregado, como o setor calçadista e de couros. Essa realidade provoca uma necessidade de importar bens mais tecnológicos e com a deterioração dos meios de troca, provoca desequilíbrios na balança de pagamentos.

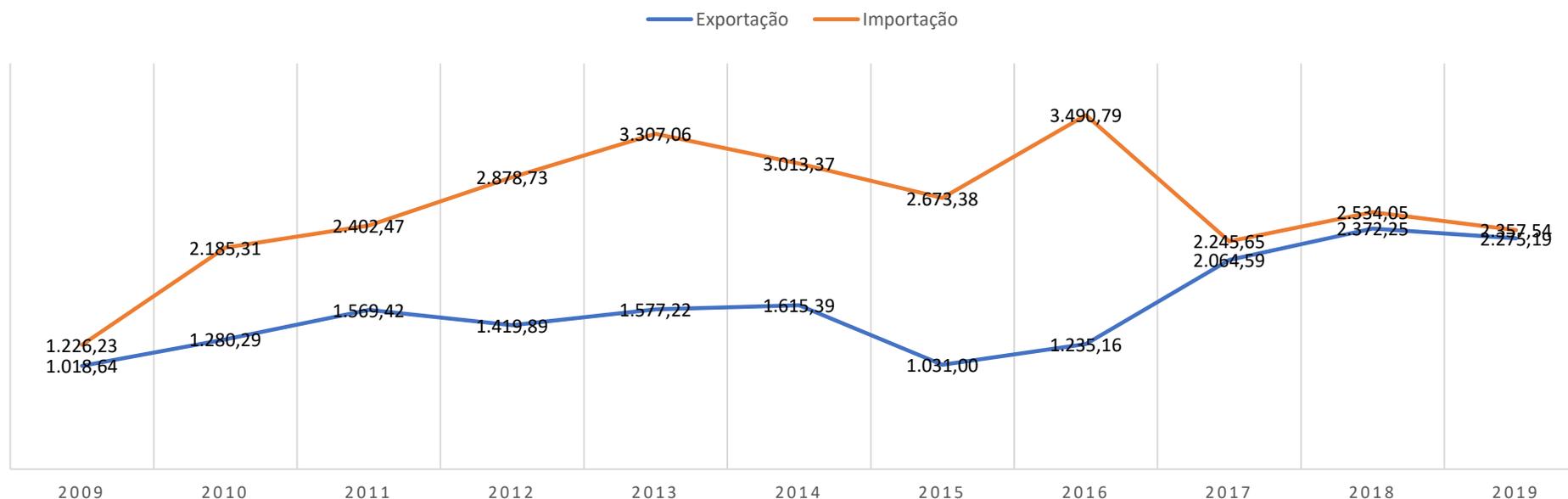
O Ceará apresentou um saldo comercial negativo durante o período analisado, agravando-se durante o período da construção da siderurgia dado, a necessidade de importar reatores, máquinas e equipamentos especializados, porém retornou a um nível inferior, inclusive abaixo do registrado em 2009.

Tabela 23 – Exportações, Importações, Saldo Comercial e Exportações de Aço, a Preços de 2019, em Milhão de Dólares (US\$) – 2009 a 2019 – Ceará

Descrição SH2	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Ferro fundido, ferro e aço	19,59	7,63	25,78	5,19	3,16	2,47	9,24	180,15	1.048,00	1.401,20	1.195,76
Exportação	1.018,64	1.280,29	1.569,42	1.419,89	1.577,22	1.615,39	1.031,00	1.235,16	2.064,59	2.372,25	2.275,19
Importação	1.226,23	2.185,31	2.402,47	2.878,73	3.307,06	3.013,37	2.673,38	3.490,79	2.245,65	2.534,05	2.357,54
Saldo Comercial	-207,59	-905,02	-833,05	-1.458,84	-1.729,84	-1.397,98	-1.642,38	-2.255,63	-181,05	-161,80	-82,35

Fonte – Produção própria com dados do Ministério da Economia (ComexStat)

Gráfico 13 – Exportações e Importações a Preços de 2019 em Milhão de Dólares (US\$) – 2009 a 2019 – Ceará

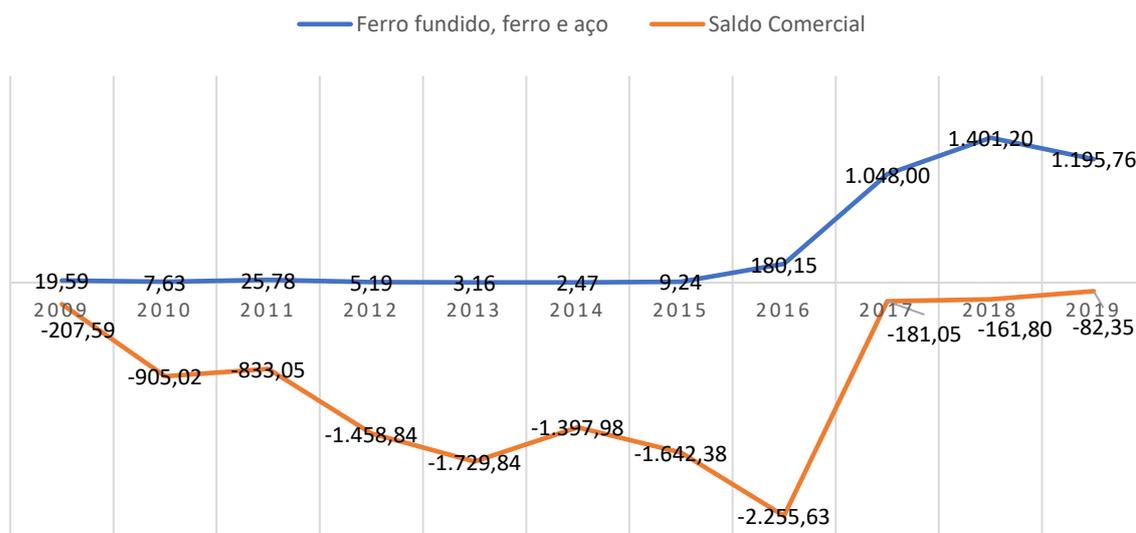


Fonte – Produção própria com dados do Ministério da Economia (ComexStat)

Porém, mesmo com a atração da CSP e essa aproximação de valores exportados e importados, o estado ainda manifesta saldo negativo. É importante salientar que para uma análise mais robusta, é necessário relacionar a venda e compra de produtos de outros estados brasileiros, porém dado a natureza da presente monografia em estudar a instalação da CSP, não foi abordado tal tema.

O gráfico abaixo mostra o saldo da balança comercial e as exportações de aço do estado, a preços de 2019, de 2009 a 2019. Se torna nítido, a relevância que a CSP passa a ter na balança comercial, tanto pela elevação das importações durante o período de construção e, posteriormente, na aquisição de matéria-prima, quanto na exportação, incluindo o Ceará em uma cadeia de valor global, apesar de em uma fase de média intensidade tecnológica

Gráfico 14 – Exportações de Aço e Saldo da Balança comercial, a Preços de 2019, em Milhão de Dólares (US\$) – 2009 a 2019 – Ceará



Fonte – Produção própria com dados do Ministério da Economia (ComexStat)

A tabela 24 contém a divisão das exportações, importações e volume do comércio internacional a preço corrente e contada em real pela média anual do dólar no ano analisado pelo PIB do Ceará no mesmo ano. O terceiro tópico se configura como o grau de abertura da economia (MAGALHÃES E TOSCANO, 2009).

Percebe-se um aumento da participação e grau de abertura no comércio internacional cearense, alavancado, principalmente, pelas exportações. Essa variação, apesar de contrária ao

pensamento cepalino, conflui com as ideias de vinculação as grandes cadeias globais de valor para a obtenção de tecnologia e equipamentos.

Tabela 24 – Participação (%) do Comércio Internacional no PIB Estadual – 2009 e 2018 – Ceará

	2009	2018
Exportação/PIB	3,2%	5,5%
Importação/PIB	5,5%	5,9%
(Exportação + Importação) /PIB	8,7%	11,4%

Fonte – Produção própria com dados do Ministério da Economia (ComexStat) e Sistemas de Contas Regionais (IBGE)

Por fim, é perceptível a importância do pensamento cepalino na construção das bases para a atração da CSP, porém com divergências claras a parte das indicações da CEPAL, principalmente sobre a venda para o mercado interno, dado a natureza exportadora e importadora da companhia. A participação do Estado foi essencial, com o apoio fiscal e estrutural, alcançando os objetivos traçados peço FDI.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou analisar o impacto da Companhia Siderurgia do Pecém no município de São Gonçalo do Amarante a luz da formação econômica do estado do Ceará e do pensamento cepalino, instrumento teórico que permeou os principais esforços de industrialização do Brasil em meados do século XX. A CSP impactou positivamente no emprego do município, tanto no período de construção, quando gerou mais empregos, quanto após o início da operação da companhia, ao passo que o setor primário, contraiu. Este impacto foi majoritariamente no próprio município de SGA, aumentando a sua participação na economia estadual. Para identificar melhor tal impacto, indica-se uma releitura dos empregos após a aplicação do próximo censo e a atualização da trajetória de crescimento populacional da região.

Os setores de serviços e comércio também cresceram entre 2009 e 2019, em 148 e 208%, respectivamente, porém perderam participação no emprego total. Quando analisado conjuntamente com a renda e massa salarial, houve um ganho real para os assalariados da região, corroborando com a percepção de Prebisch de elevação da renda por meio da industrialização. A siderurgia passou a representar mais de 15% da massa salarial do município e operou a salários mais elevados em todas as CBO's analisadas. Kaldor (1961) explicava que a indústria tinha um efeito em toda a cadeia produtiva, todavia, a cadeia da CSP é global, importando sua matéria-prima e exportando toda a sua produção. Dessa forma, o impacto sob ótica do trabalhador, se concentrou na geração de salário e renda.

Durante o período de instalação, o governo cearense, em parceria a CSP realizou um conjunto de atividades educacionais para qualificar a mão-de-obra local, tanto em nível técnico quanto superior. Essas atividades se mostraram efetivas dado o aumento do nível educacional na classe trabalhadora do município nesses dois níveis de ensino. Dentro da companhia, a maior parte dos empregados foram de técnicos de nível médio em exatas. Dessa forma, é possível confirmar uma real mudança social a partir da instalação da companhia no município.

Analisando a produção bruta do município, houve um crescimento muito superior quando comparado à média do Estado e País, alterando significativamente a participação do valor adicionado dos setores após a instalação da CSP. O setor primário se manteve inalterado enquanto a indústria passou a ser o maior contribuinte para PIB, contrariando o processo de desindustrialização observada no Ceará e Brasil. Os setores de comércio e serviços também evoluíram, porém a ritmo menor.

Por fim, o comércio exterior também foi significativamente alterado após a instalação da companhia, que, como já exposto, focou as suas exportações em cadeias internacionais, principalmente por estar contextualizada em uma Zona de Processamento de Exportações. A comercialização do aço mais que dobrou as exportações do estado, assim como, a necessidade de matéria-prima elevou as importações. Durante o período analisado, houve uma queda no saldo comercial dado as importações de máquinas e equipamentos necessários, que se normalizaram após início de operação da CSP. O saldo permaneceu negativo, porém com menor intensidade quando comparado com 2009.

A mudança mais significativa foi o aumento da participação cearense no comércio internacional, aumentando o grau de abertura comercial do estado. Tal resultado vai em contramão a percepção cepalina de focar a industrialização para consumo interno, porém consolida o primeiro planejamento industrialista do Ceará, que já visava a instalação desse setor. Apesar do distanciamento neste tópico da percepção de Prebisch, a CSP ocupa um importante papel de captação de divisas para o país, reduzindo o impacto percebido pelo autor sobre o balanço de pagamentos e a restrição na obtenção de recursos externos.

Foi percebido, também, que o comércio da CSP se configura como intrafirma, sendo meio em uma cadeia de produção das empresas proprietárias, tanto na compra de sua matéria prima (Vale), quanto da venda de seus produtos (Posco e Dongkuk).

Por fim, como sugestão para pesquisas futuras, indica-se analisar as outras indústrias que se instalaram na região, assim como nas regiões próximas que foram beneficiadas pelos programas de industrialização do Ceará, comparando com os outros estados brasileiros para identificar boas práticas para esta política. Além disso, para dar continuidade a crítica sob a cepalina, estudar a distribuição e concentração de renda após a instalação da indústria no Ceará.

REFERÊNCIAS

- ADECE. Incentivos: Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI). Fortaleza, 11 jun. 2014. Disponível em: <https://www.adece.ce.gov.br/2014/06/11/incentivos-fundo-de-desenvolvimento-industrial-fdi/>. Acesso em: 11 jul. 2021.
- ALENCAR JÚNIOR, José Sydrião de. **Virgílio Távora: O Coronel Modernizador Do Ceará**. Orientador: Manuel Domingos Neto. 2006. 325 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Do Ceará, Fortaleza, 2006.
- ALMEIDA, Manoel Bosco de. SILVA, Almir Bittencourt da. Ceará. In: AMARAL FILHO, Jair do. **Federalismo fiscal e transformações recentes no Ceará**. Fortaleza: Edições INESP, 2000.
- AMARAL FILHO, Jair do. Prebisch-Cepal: revisitando o Manifesto de Havana. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 27, ed. 1, p. 29-59, Abril 2018. DOI <https://doi.org/10.1590/1982-3533.2017v27n1art2>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/58sGDjryCBQJ3VswdNhmLSs/?lang=pt>. Acesso em: 10 jul. 2021.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: IPEA, 1988.
- _____, Ricardo. **Cinquenta Anos do Pensamento na Cepal**. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2020. 490 p. v. 1. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/1610/S33098N962Av1.pdf?sequence=1>. Acesso em: 8 fev. 2021.
- CEARÁ. **Plano de metas governamentais: PLAMEG**. Fortaleza: Imprensa Oficial. 1963b.
- _____. **II plano de metas governamentais: PLAMEG II 79-83: diagnóstico**. Fortaleza, 1986
- _____. **II plano de metas governamentais: PLAMEG II 79-83: programação**. Fortaleza, 1986
- _____. **Plano de desenvolvimento sustentável do Ceará: 1995-1998**. Fortaleza: SEPLAN, 1990
- _____. **Plano de mudanças, 1987-91**. Fortaleza, Governo do Estado. 1987.

CSP. **Pré-operação**: Resgate da fauna e da flora. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://www.cspecem.com/pt-br/sustentabilidade/meio-ambiente/gestao-ambiental/operacao/>. Acesso em: 4 ago. 2021.

FIANI, Ronaldo. **Cooperação e Conflito**: Instituições e Desenvolvimento Econômico. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

FURTADO, C. A constatação do GTDN e as exigências da atualidade. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 28, n. 4, 1997

GOMES, Carlos Alberto Ferreira. **Planejamento e Industrialização em Regiões Periféricas**: As ideias da Cepal no Projeto Paranaense de Desenvolvimento. Orientador: Ismênia de Lima Martins. 2010. 231 p. Tese (Doutorado) - UNICENTRO, Niterói, 2010.

HAFFNER, Jacqueline A.H, **Desenvolvimento econômico na América Latina**: Uma perspectiva histórica. Artigo apresentado no XXIV Simpósio Nacional de História – ANPUH, 2007

HORONATO, César. O fundo público e as relações entre Estado e cidadania. **Revista de História Econômica e Economia Regional Aplicada**. V. 2; n. 4 jan/jul 2008. Juiz de Fora: UFJF, 2008 <http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Jacqueline%20Haffner.pdf> Imprensa Oficial, 1979c.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). **Produto Interno Bruto**: PIB do Ceará na Ótica da Produção e da Renda – 2020, n. 06. Fortaleza: IPECE. 2020.

JÚNIOR, José Anchieta Dantas. **Desenvolvimento Econômico e a Política Industrial do Ceará**: Caso da Companhia Siderúrgica de Pecém. Orientador: Prof. Dr. Carlos Américo Leite Moreira. 2010. 168 f. Dissertação (Mestrado) - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, Fortaleza, 2010. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/2728/1/2010_dis_jadjunior.pdf. Acesso em: 4 abr. 2021.

HERÉDIA, Vânia B. M. et al. **A realidade do idoso institucionalizado**. S. Paulo. UNATI, 2004.

KALDOR, Nicholas. **Causes of the Slow Rate of Economic Growth of the United Kingdom**. 5. ed. Reino Unido: Cambridge Univesity Press, 1967.

KALDOR, Nicholas. **Problems of industrialization in Underdeveloped Countries**. Ithaca: Cornell University Press, 1967

LIMA, Igor do Carmo. **Análise dos impactos da entrada em operação da companhia siderúrgica do Pecém no Ceará utilizando o modelo insumo-produto**. 2019. 43f. - Dissertação (Mestrado em Economia do Setor Público) - Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade - FEAAC, Programa de Economia Profissional - PEP, Universidade Federal do Ceará - UFC, Fortaleza (CE), 2019.

MACHADO DA SILVA, Heloisa Conceição. Deterioração dos termos de intercâmbio, substituição de importações, industrialização e substituição de exportações: a política de comércio exterior brasileira de 1945 a 1979. **Revista Brasileira de Política Internacional**, [s. l.], v. 46, ed. 1, Jan/Jun 2003.

MAGALHÃES, Matheus Albergaria de; TOSCANO, Victor Nunes. **Estimativas de Grau de Abertura para a Economia do Espírito Santo**. SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO - SEP, Vitória, 2009.

MAIA, Tiago; DE SOUSA, João Morais. Reflexões sobre a cultura no pensamento social de Celso Furtado e na construção do método histórico-estrutural: um diálogo com a Sociologia e a Antropologia. **Intelléctus**, [s. l.], v. 19, ed. 2, 2020.

MARCONI, Nelson; REIS, Cristina Frções de Borja; DE ARAÚJO, Eliane Cristina. O Papel da Indústria de Transformação e das Exportações de Manufaturas no Processo de Desenvolvimento dos Países de Renda Média. **Texto Para Discussão**, Brasília, v. 2006, ed. 1, Setembro 2014. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3219/1/td_2006.pdf. Acesso em: 8 fev. 2021.

MARTINS FILHO, A. **UFC & BNB: educação para o desenvolvimento**. Fortaleza: Casa de J. de Alencar, 1990.

MORCEIRO, P. C. Desindustrialização na economia brasileira no período 2000-2011: abordagens e indicadores. São Paulo: **Cultura Acadêmico**, 2012.

_____, Paulo César. **A indústria brasileira no Limiar do Século XXI: uma análise da sua evolução estrutural, comercial e tecnológica**. Orientador: Joaquim José Martins Guilhoto. 2018. 216 f. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

NACIMENTO ET AL, Alex Maia. **Companhia Siderúrgica do Pecém: O Big Push industrial do Estado do Ceará**. In: INVESTIMENTOS transformadores para um estilo de

desenvolvimento sustentável: Estudos de casos de grande impulso (Big Push) para a sustentabilidade no Brasil. [S. l.: s. n.], 2020. cap. 1, p. 25-47. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/45587/S2000209_01_pt.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 4 abr. 2021..

NERY, Thiago. **The Development Economy In Latin America: Eclac S Thought In The 1950 S And 1990 S**. 2004. Tese (Doutorado) - PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO, [S. L.], 2004.

PONTES, Paulo Araujo; VIANNA, Pedro Jorge Ramos; HOLANDA, Marcos Costa. A Política De Atração De Investimentos Industriais Do Ceará: Uma Análise do Período 1995-2005. **TEXTO PARA DISCUSSÃO**, Fortaleza, v. 1, n. 26, Dez 2006. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2014/02/TD_26.pdf. Acesso em: 11 jul. 2021.

PREBISCH, Raúl. **O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas**. In: PREBISCH, Raúl. O Manifesto Latino-Americano e outros ensaios. Rio de Janeiro : Contraponto : Centro Internacional Celso Furtado, 2011, p.95-151.

RODRIGUES, Denise Andrade. O papel dos governos estaduais na indução do investimento: experiência dos estados do Ceará, Bahia e Minas Gerais. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v.5, n.10 , p. [151]-174, dez. 1998.

SIMONSEN, M. H.; CYSNE, R. P. **Macroeconomia**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1995.

SOUZA, Bartolomeu I., Rafael C. ARTIGAS e Eduardo R. V. LIMA (2015), “Caatinga e Desertificação, Fortaleza”, **Mercator**, vol. 14, Nº 1.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento Econômico**, 5. ed. rev. São Paulo. Atlas, 2005.

SUZIGAN, Wilson. Estado e Industrialização no Brasil. *Revista de Economia Política*, [s. l.], v. 8, ed. 4, outubro/dezembro 1988.

SUZIGAN, Wilson; FURTADO, João. Política Industrial e Desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, [s. l.], v. 26, ed. 2, p. 163-185, Abril/Junho 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rep/v26n2/a01v26n2>. Acesso em: 8 fev. 2021.

TÁVORA, V. Entrevista. *Jornal O Povo*, Fortaleza, 18 jun. 1988. Entrevista concedida a Jorge Henrique Cartaxo

TALES, Glauciana Alves; AMORA, Zenilde Baima. A gênese do complexo industrial e portuário do pecém: nas políticas de industrialização cearense e a dinâmica na produção do espaço metropolitano. **Revista Casa da Geografia de Sobral**, Sobral, v. 18, n. 1, ed. 1, p. 24-43, Jul 2016.